

ARAUCÁRIA NITROGENADOS S.A.

CNPJ/MF n.º 12.984.254/0001-70

NIRE n.º 33.3.0030.993-4

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

REALIZADAS EM 24 DE ABRIL DE 2019

1. DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLEIA: Realizada em 24 de abril de 2019, às 10 h, na Avenida República do Chile, 65 sala 1401, Centro. Rio de Janeiro.

2. QUÓRUM E CONVOCAÇÃO: Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, acionista titular de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia, representada por seu procurador, Dra. Francis Longo Cortazio Corrêa, constatado no Livro de Presença de Acionistas, sendo, portanto, dispensada a convocação, na forma do disposto no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76.

3. MESA: Os trabalhos foram presididos pela Dra. Francis Longo Cortazio Corrêa e secretariados pelo Dr. Thiago Malamace de Azevedo Pinheiro.

4. ORDEM DO DIA:

Deliberar sobre:

- (i) Aprovação do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 2018.
- (ii) Aprovação da destinação do resultado do exercício findo em 2018, no valor de R\$ 395.013 mil (trezentos e noventa e cinco milhões e treze mil reais), para a conta de prejuízo acumulados.
- (iii) Eleição do Sr. Gerson Cesar Souza, brasileiro, casado, Administrador, portador do documento de identidade nº 9040255219 SSP/RS e do CPF/MF nº 676.367.800-20, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro – RJ, para o cargo de Diretor Presidente da ANSA, para mandato com vigência até a AGO da sociedade a ser realizada no exercício de 2022; e que o mesmo acumule o cargo de Diretor Industrial, de forma interina, sem adicional de remuneração.
- (iv) Eleição do Sr. Mateus Cavalcante Waga, brasileiro, solteiro, Engenheiro de Produção, portador do documento de identidade nº 2025904 SSP/DF e do CPF/MF nº 095.213.297-42, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro – RJ, para o cargo de Diretor Financeiro da ANSA, para mandato com vigência até a AGO da sociedade a ser realizada no exercício de 2022, sem adicional de remuneração.

5. DELIBERAÇÕES:

Tendo sido aprovada a lavratura da presente ata de sumário, nos termos do art. 130, §1º, da Lei nº 6.404/76, o acionista da Companhia deliberou, por unanimidade, o seguinte:

- (i) Aprovar o Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 2018.



ARAUCÁRIA NITROGENADOS S.A.

CNPJ/MF n.º 12.984.254/0001-70

NIRE n.º 33.3.0030.993-4

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

REALIZADAS EM 24 DE ABRIL DE 2019

- (ii) Aprovar a destinação do resultado do exercício findo em 2018, no valor de R\$ 395.013 mil (trezentos e noventa e cinco milhões e treze mil reais), para a conta de prejuízo acumulados.
- (iii) Eleger o Sr. Gerson Cesar Souza, brasileiro, casado, Administrador, portador do documento de identidade nº 9040255219 SSP/RS e do CPF/MF nº 676.367.800-20, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro – RJ, para o cargo de Diretor Presidente da ANSA, para mandato com vigência até a AGO da sociedade a ser realizada no exercício de 2022; e que o mesmo acumule o cargo de Diretor Industrial, de forma interina, sem adicional de remuneração.
- (iv) Eleger o Sr. Mateus Cavalcante Waga, brasileiro, solteiro, Engenheiro de Produção, portador do documento de identidade nº 2025904 SSP/DF e do CPF/MF nº 095.213.297-42, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro – RJ, para o cargo de Diretor Financeiro da ANSA, para mandato com vigência até a AGO da sociedade a ser realizada no exercício de 2022, sem adicional de remuneração.

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia Geral Ordinária no livro próprio, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes.

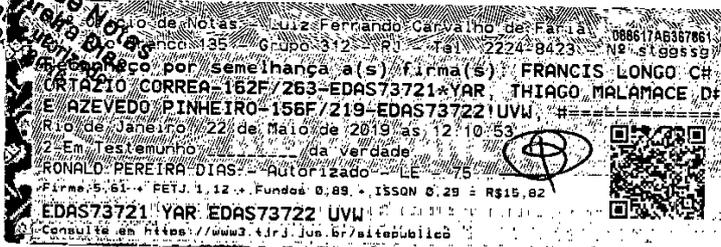

Francis Longo Cortazio Corrêa
Presidente


Thiago Malamace de Azevedo Pinheiro.
Secretário

Francis Longo Cortazio Corrêa
OAB/RJ nº 90776
CPF 028.746.887-97


Francis Longo Cortazio Corrêa
Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS
Acionista


Ronald Pereira Dias
Escritor



ARAUCÁRIA NITROGENADOS S.A.

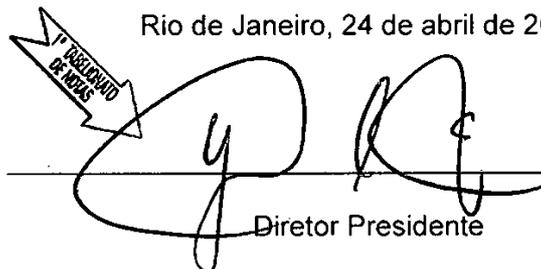
CNPJ/MF nº 12.984.254/0001-70

NIRE nº 33.3.0030.993-4

TERMO DE POSSE DO DIRETOR PRESIDENTE DA ARAUCÁRIA NITROGENADOS S.A.

No dia 24 do mês de abril do ano de 2019, às 10h, na Avenida República do Chile, 65 sala 1401, Centro, Rio de Janeiro - RJ, compareceu o Sr. Gerson Cesar Souza, brasileiro, casado, administrador, identidade nº 9040255219 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 676.367.800-20. Nos termos do artigo 149, §2º da Lei nº 6.404/76, indica como domicílio para receber citações e intimações o endereço comercial à Rua Dr. Eli Volpato, 999, Tindiquera, na Cidade de Araucária, Estado do Paraná, CEP 83.707-746. Neste ato, declara que havendo sido eleito **Diretor Presidente** desta Companhia, por deliberação da Assembleia Geral em reunião realizada em 24 de abril de 2019, veio se investir no cargo de Diretor Presidente, na forma e para todos os fins de direito. Para os fins do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, o referido Diretor Presidente declara não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer a atividade mercantil ou a administração das Sociedades por Ações. Do que, para constar, lavra-se o presente termo que lido e achado conforme, vai assinado pelo Sr. Gerson Cesar Souza.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2019.


Diretor Presidente

1º TABELIONATO DE NOTAS DE ARAUCÁRIA
Viviane Maria Garcia Paes Martini
Agente Delesada
Fone:(41)3642-1133
Araucaria - Parana

Reconheço a(s) firma(s) Assinada(s) de:
[92AXPo41]-GERSON CESAR SOUZA.....
por SEMELHANÇA.
Em testemunho da verdade.
Araucaria, 23 de Maio de 2019
ADRIELLE APARECIDA RECH
ESCREVENTE
AAR

IFUNARPEN - SELO DIGITAL
IeCbGh . NHkve . FDq3U - vw3nn . H6kHh
IValide esse selo em:
Ihttp://funarpen.com.br

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ARAUCARIA NITROGENADOS S A

NIRE: 333.0030993-4 Protocolo: 00-2019/288858-7 Data do protocolo: 24/05/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/06/2019 SOB O NÚMERO 00003648501 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: DCDAB95A54D0489C9A2FA04EAD6BD0F52581FBFAF81DBF8DE6E463340F8D45F2

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 5/37



ARAUCÁRIA NITROGENADOS S.A.

CNPJ/MF nº 12.984.254/0001-70

NIRE nº 33.3.0030.993-4

TERMO DE POSSE DO DIRETOR INDUSTRIAL DA ARAUCÁRIA NITROGENADOS S.A.

No dia 24 do mês de abril do ano de 2019, às 10h, na Avenida República do Chile, 65 sala 1401, Centro, Rio de Janeiro - RJ, compareceu o Sr. Gerson Cesar Souza, brasileiro, casado, administrador, identidade nº 9040255219 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 676.367.800-20. Nos termos do artigo 149, §2º da Lei nº 6.404/76, indica como domicilio para receber citações e intimações o endereço comercial à Rua Dr. Eli Volpato, 999, Tindiquera, na Cidade de Araucária, Estado do Paraná, CEP 83.707-746. Neste ato, declara que havendo sido eleito **Diretor Industrial** desta Companhia, por deliberação da Assembleia Geral em reunião realizada em 24 de abril de 2019, veio se investir no cargo de Diretor Presidente, na forma e para todos os fins de direito. Para os fins do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, o referido Diretor Industrial declara não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer a atividade mercantil ou a administração das Sociedades por Ações. Do que, para constar, lavra-se o presente termo que lido e achado conforme, vai assinado pelo Sr. Gerson Cesar Souza.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2019.


Diretor Industrial

1º TABELIONATO DE NOTAS DE ARAUCARIA

Viviane Maria Garcia Paes
Assente Delesada
Fone: (41) 3642-1133
Araucaria - Parana

Reconheço a(s) firma(s) Assinada(s) de:
1192AXpo401-GERSON CESAR SOUZA.....
por SEMELHANÇA.
Em testemunho da verdade.
Araucaria, 15 de Maio de 2019

ADRIELLE APARECIDA RECH
ESCREVENTE
AAR

IFUNARPEN - SELO DIGITAL
ICbGh . GdEVe . v9s3U - vwfnn . R6Fv2
Valide esse selo em:
<http://funarpen.com.br>

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ARAUCARIA NITROGENADOS S A

NIRE: 333.0030993-4 Protocolo: 00-2019/288858-7 Data do protocolo: 24/05/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/06/2019 SOB O NÚMERO 00003648501 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: DCDAB95A54D0489C9A2FA04EAD6BD0F52581FBFAF81DBF8DE6E463340F8D45F2

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 6/37



ARAUCÁRIA NITROGENADOS S.A.

NIRE nº. 33.3.0030.993-4
CNPJ/MF nº. 12.984.254/0001-70

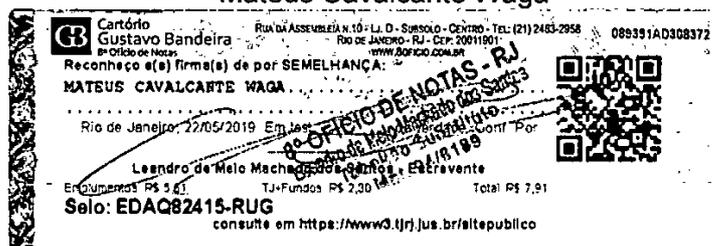
TERMO DE POSSE DO DIRETOR FINANCEIRO DA ARAUCÁRIA NITROGENADOS S.A.

No dia 24 de abril do ano de 2019, às 10h, no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Henrique Valadares, nº 28, Torre A, 16º andar, Centro, compareceu o Sr. **Mateus Cavalcante Waga**, brasileiro, unido estavelmente, maior, engenheiro de produção, portador da carteira de identidade nº 2025904, expedida por SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 095.213.297-42. Nos termos do artigo 149, §2º da Lei nº 6.404/76, indica como domicílio para receber citações e intimações a Avenida República do Chile, nº 65, 16º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20031-912. Neste ato, declara que havendo sido eleito **Diretor Financeiro** desta Companhia, por deliberação da Assembleia Geral em reunião realizada em 24 de abril de 2019, veio se investir no cargo de Diretor Financeiro, na forma e para todos os fins de direito. Para fins no disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, o referido Diretor Financeiro declara não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer a atividade mercantil ou a administração das Sociedades por Ações. Do que, para constar, lavra-se o presente termo que lido e achado conforme, vai assinado pelo Sr. Mateus Cavalcante Waga.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2019.



Diretor Financeiro
Mateus Cavalcante Waga



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ARAUCARIA NITROGENADOS S A

NIRE: 333.0030993-4 Protocolo: 00-2019/288858-7 Data do protocolo: 24/05/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 12/06/2019 SOB O NÚMERO 00003648501 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: DCDAB95A54D0489C9A2FA04EAD6BD0F52581FBFAF81DBF8DE6E463340F8D45F2

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 7/37





Araucária Nitrogenados S.A.
CNPJ Nº 12.984.254/0001-70 - Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

1. Araucária Nitrogenados S.A.

Araucária em 01/06/2013, a Araucária Nitrogenados S.A. é uma subsidiária integral da Petrobras que está situada no estado do Paraná e atua na produção de Amônia, Ureia e ARLA 32, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento agrícola, industrial e a sustentabilidade ambiental do país.

1.1. Histórico

A fábrica de fertilizantes nitrogenados está localizada no município de Araucária (PR) e foi inaugurada em 18 de março de 1982 pela Petrobras, com capacidade nominal de 437,4 mil toneladas de amônia e 531,8 mil toneladas de ureia.

Em 1993, a Unidade, que pertencia à Petrobras, foi privatizada.

Em 1995 foi realizada uma modernização no reator de amônia e em 2001 uma modernização no reator de conversão do CO₂, aumentando a capacidade nominal de amônia para 475 mil toneladas.

Em 1997 a Unidade de ureia teve um aumento de capacidade para 700 mil toneladas.

Em novembro de 2011 foi inaugurada a primeira unidade industrial de produção do Agente Redutor Líquido U-árido Automotivo (ARLA 32) do país, com uma capacidade de 923 mil toneladas, sendo considerada a maior planta de produção de ARLA 32 do mundo.

Até 01/06/2012 a planta industrial de Araucária era uma Unidade Operacional (UO) da Ultrafertil. Em 01/06/2012 a Ultrafertil foi extinta e esta unidade operacional passou a integrar o patrimônio da empresa Araucária Nitrogenados S.A.

Em Dez/2012, a Petrobras assinou acordo com a Vale Fertilizantes S.A. para a compra da empresa então denominada como "Araucária Nitrogenados S.A.", aquisição esta formalizada em 01 de junho de 2013. Desde então, a Araucária Nitrogenados é uma subsidiária integral da Petrobras.

1.2. Matéria Prima

A Unidade utiliza como principal matéria-prima o resíduo sólido (RAS), proveniente da REPAR - Refinaria Presidente Getúlio Vargas. O consumo de RAS é de aproximadamente 370 mil toneladas. A unidade foi desenvolvida na década de 80 para o aumento de sinergia e eficiência da Refinaria.

1.3. Armazenagem

As instalações de Araucária têm capacidade para armazenar 97.800 toneladas de ureia, 10.000 toneladas de amônia e 6.000 toneladas de ARLA 32.

1.4. Outros produtos

Além dos produtos principais, a unidade ainda produz como subprodutos enxofre e pellets de carbono, os quais são comercializados. Além disto, o excedente de CO₂ produzido também é vendido.

2. Volume de vendas em 2018

No ano de 2018 foram comercializados os seguintes volumes:

- Ureia Fertilizante -> 88.411 t
- Ureia Pecuaría / Reforce N -> 18.958 t
- Ureia Industrial -> 18.189 t
- Ureia Prémium -> 1.256 t
- ARLA 32 -> 17.733 t
- Amônia -> 28.129 t

- Soprador de fuligem para o regenerativo da caldeira geradora de vapor
- Instalação de filtro na linha de metanol para a caldeira
- Instalação do projeto de melhorias para evitar obstruções na unidade de lavagem com nitrogênio líquido
- Projeto de adequação para SIL 3 dos condensadores da planta de separação de ar
- Alterações referentes a segurança de processo na sala de controle
- Melhorias no telhado da subestação SE-522
- Substituição da bomba de nitrogênio líquido
- Estudo do novo trocador de calor para substituição na planta de separação de ar (Unid)
- Projeto conceitual e básico dos novos condicionadores de amostra de água de alimentação de caldeira
- Instalação da linha de fertilização da caixa fina da planta de separação de ar
- Substituição das estações dos sistemas de controle Invenys e GE
- Projeto para instalação do novo sistema de água potável

5. Resultado econômico e financeiro

Segue abaixo tabela com os Resultados e Indicadores da Araucária Nitrogenados S.A. apresentados para o exercício de 2018 e sendo comparados aos de 2017.

	2018 R\$ Mil	2017 R\$ Mil
Receita líquida de Vendas	241.426	273.526
Lucro (prejuízo) bruto	(73.318)	(102.299)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	(398.596)	(481.414)
Resultado financeiro líquido	3.644	(10.274)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(395.013)	(485.411)
Margem bruta (%)	-30 %	-37 %
Margem operacional (%)	-165 %	-176 %
Margem líquida (%)	-163 %	-177 %
Ativo Total	803.583	692.564
Investimentos, mobilizado e intangível	15.495	-
Patrimônio Líquido	23.862	175.000
Relação do Capital próprio/Capital de terceiros	2,378	1741

5.1. Resultados

A Araucária Nitrogenados S.A. apresentou prejuízo líquido de R\$ 395.013 mil, R\$ 80.398 mil superior ao resultado apurado no exercício de 2017 (prejuízo de R\$ 485.411 mil). Tal resultado pode ser atribuído aos seguintes fatores:

- O preço de venda dos produtos não acompanhou na mesma proporção o aumento dos custos dos insumos e da matéria-prima, gerando um prejuízo bruto de R\$ 73.318 mil em 2018 (R\$ 102.299 mil em 2017). O resultado líquido foi reduzido pela redução de produção em função das paradas não programadas (219 mil toneladas) realizadas em 2018.



CO₂ -> 19.089 t

• Pellets de Carbono -> 16.320 t

• Enxofre -> 0 t

3. Produção em 2018

No ano de 2018 foram produzidos os seguintes volumes de produtos principais:

• Ureia (total) -> 178.273 t

• ARLA 32 -> 24.245 t

• Amônia -> 134.480 t

• CO₂ -> 17.779 t

• Pellets de Carbono -> 11.136 t

• Enxofre -> 0 t

4. Principais projetos

4.1. Projetos concluídos em 2018

- Projeto de modernização da unidade de água desmineralizada (Fase 1) - Instalação do Sheffer com 28 analisadores
- Instalação do compressor de ar de serviço e instrumento
- Substituição dos painéis de controle de campo das turbinas de expansão da planta de separação de ar
- Atualização da Versão Delta V do SDCD (sistema de controle)
- Finalização da instalação das barreiras físicas para proteção contra burn-out dos reatores

4.2. Projetos para 2019

- Finalização da instalação do analisador de hidrocarbonetos na planta de separação de ar
- Substituição dos compressores de reliquefação de amônia e sistemas auxiliares
- Melhoria no sistema de detecção de chama do flare quente e frio
- Substituição da Rede de Combate à Incêndio das Ruas C, 3 e 4
- Projeto de adequação das escadas de fuga da unidade de gasificação
- Estudo para melhoria do sistema de refrigeração dos gaseificadores

da matéria-prima, gerando um prejuízo bruto de R\$ 73.318 mil em 2016 (R\$ 102.299 mil em 2017). O resultado negativo também foi ocasionado pela redução da produção em função das paradas não programadas (219 dias sem operação em 2018) e consequente perda do mercado de ureia. Aumento do resultado financeiro líquido em R\$ 13.918 mil devido à redução de despesas com cessão de recebíveis realizadas no FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) não padronizados do Sistema Petrobras). Em abril de 2018, a Companhia liquidou essa operação;

• Redução do valor recuperável dos ativos (Impairment) em R\$ 116.493 mil.

5.2. Relacionamento com empresas do Sistema Petrobras

5.2.1. Contas a receber

O saquê de contas a receber da Petrobras é de R\$ 836 mil (R\$ 392 mil em 31 de dezembro de 2017) e da BR é de R\$ 409 mil (R\$ 361 mil em 31 de dezembro de 2017) e referem-se às vendas de de Arla e Reforço N para BR e venda de amônia para a Petrobras.

5.2.2. Fornecedores

O saldo de contas a pagar à Petrobras atingiu R\$ 385.843 mil (R\$ 231.171 mil em 31 de dezembro de 2017) e refere-se ao fornecimento de RASF, vapor e água. O saldo a pagar à BR totaliza R\$ 1.842 mil (R\$ 30 mil em 31 de dezembro de 2017) e refere-se às compras de óleo combustível.

5.3. Principais cotações e preços médios

São utilizados para a elaboração de preços da Aruacaria Nitrogenados os principais indicadores do segmento com suas respectivas cotações internacionais dos fertilizantes nitrogenados. Para a Aruacaria Nitrogenados são relevantes as cotações da ureia (FOB Yuzhnyy, na Ucrânia, importante região exportadora FOB, Arab Golf spot price, região do golfo Árabe importante região exportadora e CFR Brasil, importante região importadora) e de amônia (CFR Tampa, nos EUA, importante região importadora).

É também relevante a cotação do dólar, tendo em vista que a precificação é realizada com base em período de importação, adicionando-se uma margem.

6. Membros da Diretoria Executiva (2018)

Gerson Cesar Souza - Diretor Presidente

Gerson Cesar Souza - Diretor Industrial

Mateus Cavalcante Waga - Diretor Financeiro

Álvoro Luis Fonseca de Oliveira - Diretor Comercial

Balanco Patrimonial							
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017							
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)							
	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	294.329	143	Fornecedores	12	409.216	245.336
Contas a receber, líquidas	7	7.690	2.276	Impostos e contribuições	15.1	383	1.991
Contas a receber - FIDC	7		220.105	Salários, férias, encargos e participações		22.007	17.873
Estoques	8	121.006	41.431	Cessão de recebíveis - FIDC	13		80.255
Imposto de renda e contribuição social	15.1.2	5.938	5.099	Outras contas e despesas a pagar		8.243	6.771
Impostos e contribuições	15.1	4.255	23.628			439.852	364.226
Outros ativos circulantes		1.130	1.089				
		434.248	293.771				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.3		39
Impostos e contribuições	15.1	277.247	250.646	Planos de pensão e saúde	16	81.927	53.299
Adiantamentos a fornecedores	9	71.936	44.699	Adiantamento p/ futuro aumento de capital	17	250.700	
Depósito judicial	23	4.856	3.448	Provisão para contingências		4.342	
		353.839	298.793			339.869	53.338
Imobilizado	10	15.247		Patrimônio líquido			
Intangível	11	249		Capital social realizado	18.1	1.573.351	1.309.251
		369.335	299.793	Outros resultados abrangentes	18.2	(41.438)	(21.212)
				Prejuízos acumulados	18.3	(1.508.051)	(1.112.039)
						23.862	175.000
Total do Ativo		803.583	592.564	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		803.583	592.564

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

continuação



Araucária Nitrogenados S.A.

CNPJ Nº 12.984.254/0001-70 - Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS

Demonstração de Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	2018	2017
Receita líquida de vendas de produtos	19	241.426	273.526
Custo dos produtos vendidos	20	(314.744)	(375.825)
Prejuízo bruto		(73.318)	(102.299)
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas	20	(2.394)	(1.994)
Gerais e administrativas	20	(2.676)	(3.528)
Tributárias	20	(1.021)	(624)
Provisão para perda em ativos	10.2 e 15.1	(118.483)	(169.600)
Outras despesas, líquidas	21	(202.794)	(203.389)
		(325.378)	(379.115)
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		(338.636)	(481.614)
Resultado financeiro líquido	22	3.844	(10.274)
Receitas financeiras		10.194	5.068
Despesas financeiras		(2.669)	(15.826)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(3.681)	484
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(335.052)	(491.688)
Imposto de renda e contribuição social	15.3	29	6.277
Prejuízo do exercício		(395.013)	(485.411)
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)		(0,25)	(0,37)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(395.013)	(485.411)
Ajustes para:			
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	22	(2.986)	(4.717)
Despesa atuarial de planos de pensão e saúde		8.302	8.262

Demonstração de Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2018	2017
Prejuízo do exercício	(395.013)	(485.411)
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Ganhos (Perdas) atuariais com planos de benefícios definidos	(20.226)	7.712
Outros resultados abrangentes totais	(20.226)	7.712
Resultado abrangente total	(415.239)	(477.699)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Outros resultados abrangentes			Total do patrimônio líquido
	Capitais autorizados com planos de benefícios definidos	Prejuízos acumulados	Custo atribuído	
Saldo em 1º de janeiro de 2017	779.951	(28.924)	59.997	120.999
Aumento de capital	529.300	-	-	529.300
Prejuízo do exercício	-	(485.411)	-	(485.411)
Outros resultados abrangentes	7.712	(58.997)	59.997	7.712
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.309.251	(21.217)	1.119.999	175.000
Aumento de capital	264.100	-	-	264.100
Prejuízo do exercício	-	(395.013)	-	(395.013)
Outros resultados abrangentes	(20.226)	-	-	(20.226)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.573.251	(41.438)	(1.508.051)	23.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2018	2017
Receitas		
Vendas de produtos e serviços e outras receitas	268.318	304.345
Reversão de perda de créditos esperados - PCE	24	15
Receitas relativas à construção de ativos para uso	73.673	6.850

Despesa atualizada de planos de saúde	8.302	8.262
Baixas de ativos	6	6
Provisão para perdas no valor de recuperação de ativos permanentes - impairment	10,2	57.178
Provisão para perdas no valor de recuperação de créditos tributários - impairment	15,1	59.315
Depreciação e amortização	1.269	34.416
Reversão de perda de créditos esperados - PCE	(24)	(15)
Provisão para contingências	4.342	
Ajustes ao valor de realização de estoques	6.323	(8.123)
Desajuste (reversão) na venda de créditos de ICMS		(1.729)
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros	2.582	15.483
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(39)	(6.277)
Redução (aumento) de ativos		
Contas a receber	(5.314)	531
Estoques	(85.838)	4.774
Impostos e contribuições	(87.382)	(49.885)
Outros ativos	(1.287)	(1.373)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	136.646	74.778
Impostos e contribuições	(1.608)	231
Salários, férias e encargos	4.134	1.121
Outros passivos	(528)	(3.375)
Recursos líquidos utilizados pelas atividades operacionais	(279.882)	(251.723)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangíveis	(73.985)	(7.642)
Investimentos em recebíveis de ativos financeiros		(649.824)
Resgates em recebíveis de ativos financeiros	223.091	442.514
Recursos líquidos gerados (aplicados) nas atividades de investimentos	149.105	(214.952)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamento - Cessão de recebíveis FIDC:		
Captações		24.418
Amortizações do principal	(92.837)	(87.339)
Aumento de capital	264.100	529.300
Adiantamento para futuro aumento de capital	253.700	
Recursos líquidos gerados pelas atividades de financiamentos	424.963	466.379
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	294.186	(298)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	143	439
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	293.329	143

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Receitas relativas à construção de ativos para uso	73.673	6.680
	342.015	311.250
Insumos adquiridos de terceiros		
Perdas no valor de recuperação de ativos - impairment	(116.493)	(169.600)
Matérias-primas	(218.526)	(288.045)
Materiais, energia, serviços de terceiros, produtos para revenda e outros	(137.477)	(88.142)
Créditos fiscais sobre insumos e produtos para revenda	(100.020)	(75.577)
	(572.516)	(601.364)
Valor consumido bruto	(230.501)	(290.114)
Depreciação e amortização	(1.389)	(34.416)
Valor adicionado líquido consumido pela Companhia	(231.870)	(324.530)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial	10.194	5.058
	10.194	5.058
Valor adicionado consumido	(221.676)	(319.472)
Distribuição do valor consumido		
Pessoal e encargos		
Salários e participações	68.783	59.401
Benefícios	40.561	39.347
FGTS	5.726	5.499
Federais	115.070	104.247
Estaduais	34.940	38.403
Municipais	13.414	14.001
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(39)	(6.277)
	48.315	44.127
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros, variações cambiais e monetárias	6.550	15.342
Despesas de aluguel	3.402	2.253
	9.952	17.575
Acionistas		
Prejuízo líquido	(395.013)	(485.611)
	(395.013)	(485.611)
Valor adicionado consumido	(721.676)	(319.472)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A Companhia e suas operações

A Araucária Nitrogenados S.A. "Araucária", ou "Companhia", controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petróbras, tem por atividades principais a industrialização e a comercialização de fertilizantes e produtos químicos.

O desempenho em 2018 e 2017 foi afetado por problemas operacionais que levaram à paralisação não programada das Unidades. No primeiro semestre houve uma sequência de falhas nos tubos da caldeira geradora de vapor, situação que foi solucionada na Parada Geral, ocorrida em maio. O segundo semestre apresentou melhoria no desempenho operacional, mas ainda impactado por paradas ocasionais por falhas em equipamentos dinâmicos e instrumentação.

Com o retomada da produção, o volume de vendas apresentou elevação gradual, ficando abaixo da produção da planta, principalmente devido à estagnação da demanda no final do ano, ocasionando elevação dos estoques.

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2018, excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 5.604 (R\$ 70.455 em 2017). Os excessos de passivos estão concentrados no fornecimento de matéria prima pela Controladora e em decorrência do imposto sobre o faturamento da Companhia, principalmente pelas paradas não programadas ocorridas na sua planta.

A Companhia vem apresentando perdas recorrentes em suas operações gerando deficiência de geração de caixa, a qual vem sendo suprida pelo suporte financeiro de sua acionista.

Em 19 de dezembro de 2017, a Petróbras comunicou ao mercado que aprovou o início da fase vinculante do processo de alienação integral de sua participação acionária na Araucária Nitrogenados S.A. (ANSA) e de sua Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III (UFN-III). Em 19 de janeiro de 2019, a Petróbras fez novo comunicado ao mercado, informando que decidiu retomar os processos competitivos para a alienação de 100% da Araucária Nitrogenados S.A. (Ansa).

A Companhia mantém transações relevantes com a Controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petróbras e segue

o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações e nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, ajustado ao valor de mercado ao valor recuperável ou ao valor justo, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisados periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgadas na nota explicativa 4.

A Diretoria da Companhia, em reunião realizada em 27 de março de 2019, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tal riqueza foi distribuída. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o real, por ser a moeda de seu ambiente econômico de operação.

continua...

continuação



Araucária Nitrogenados S.A.

CNPJ Nº 12.984.254/0001-70 - Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS

3. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela companhia nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

3.1.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração Inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo e ativos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimonial não medidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

c) Redução ao valor recuperável (Impairment)

Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses. Entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão será reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Aumento significativo do risco de crédito

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos.

realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5. Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias nominativas, em valor nominal.

Quando proposta pela companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da companhia.

3.6. Outros resultados abrangentes

São classificados como outros resultados abrangentes os ajustes decorrentes de ganhos e perdas atuariais em planos de benefício definido.

4. Estimativas e julgamentos relevantes.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da companhia.

4.1. Definição das unidades geradoras de caixa para testes de recuperabilidade de ativos (Impairment)

A definição de Unidade Geradora de Caixa - UGC envolve julgamentos e avaliação por parte da administração, com base em seu modelo de negócio e gestão, e seus impactos sobre os resultados dos testes de recuperação dos ativos de longa duração podem ser significativos. As promessas utilizadas para a UGC representam o conjunto de ativos de fertilizantes e nitrogenados (plantes industriais).

Alterações nas Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) identificadas pela Companhia podem resultar em perdas ou reversões adicionais na recuperação de ativos. Isto pode acontecer uma vez que a revisão de fatores de investimentos, estratégicos ou operacionais pode resultar em alterações nas interdependências entre ativos e, conseqüentemente, na agregação ou desagregação de ativos que fazem parte de determinadas UGCs.

Outras informações sobre redução ao valor recuperável de ativos são apresentadas nas notas explicativas 3.5 e 10.2.

4.2. Benefícios concedidos a empregados (pós-emprego)

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;
- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da Sociedade nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa de inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota explicativa 16.

4.3. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 22.

4.4. Perdas de créditos esperados

A provisão de perdas de crédito esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre

instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a companhia utiliza, entre outros, as seguintes indicações: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos.

Independente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A companhia assume que o risco de crédito de instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o instrumento financeiro possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de risco e metodologias internas de avaliação.

Definição de inadimplência (default)

A companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento financeiro, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

Mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

d) Apresentação

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

Provisões para impairment sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduções do valor contábil bruto dos ativos tendo como contrapartida ganhos ou perdas no resultado.

3.1.2. Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletem o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

Instrumentos financeiros derivativos são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para contabilidade de hedge (hedge accounting).

Os juros das debêntures no fluxo de caixa estão demonstrados nas atividades de financiamento.

A companhia não leva modificação substancial que tenha alterado o fluxo de caixa de seus passivos financeiros mensurados a custo amortizado, portanto, refletem o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos do CPC 48.

3.2. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e da perda por redução do valor recuperável de ativos (impairment), quando aplicável.

Os bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas.

3.3. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

3.4. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou

4.4. Perdas de créditos esperadas

A provisão de perdas de crédito esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos inputs para cálculo da perda de crédito esperada.

4.5. Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações contábeis. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano de Negócios e Gestão (PNC) para o Sistema Petróbras, que anualmente é aprovado pelo Conselho de Administração.

5. Novas normas e interpretações

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

5.1. International Accounting Standards Board (IASB)

5.1.1. CPC 06 - R2 - "Arrendamento Mercantil"

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o CPC 06-R2 - Arrendamento Mercantil (IFRS 16), que vigorará para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil e ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRIC 4, SIC - 15 e SIC - 27).

O CPC 06 - R2 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Esse pronunciamento deverá ser aplicado a todos os contratos de arrendamento mercantil, exceto:

- Arrendamentos para explorar ou usar minerais, petróleo, gás natural e recursos não renováveis similares;
- Arrendamentos de ativos biológicos dentro do alcance do CPC 29 (IAS 41) - Ativo Biológico e Produto Agrícola mantidos por arrendatário;
- Acordos de concessão de serviço dentro do alcance do ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão;
- Licenças de propriedade intelectual concedidas por arrendador dentro do alcance do CPC 47 (IFRS 15); e
- Direitos de arrendatário previstos em contratos de financiamento dentro do alcance do CPC 04 (IAS 38) - Ativo Diferido para itens como: filmes, gravações de vídeo, reproduções, manuscritos, patentes e direitos autorais.

Dentre as mudanças para arrendatários, o CPC 06 - R2 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerido pelo CPC 06 - R1. Assim, cessará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamentos mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros.

Para os arrendadores, o CPC 06 - R2 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo CPC 06 - R1. Dessa forma, o CPC 06 - R2 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao CPC 06 - R1.

A companhia possui determinados contratos de arrendamentos operacionais de aeronaves e embarcações que possuem uso compartilhado com a controladora Petróbras. Conforme previsto no normativo, para que o contrato seja considerado um arrendamento mercantil, o cliente precisa ter o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado. Neste caso, não é possível concluir que tais contratos se enquadram nesse contexto, portanto, a companhia não será impactada pela aplicação da norma do CPC 06 - R2 para os contratos compartilhados com a Petróbras.

No entanto, a companhia identificou outros tipos de contrato de arrendamento (valores totais em torno de R\$ 8.000) que se enquadram no referido normativo, e aplicará os procedimentos deste normativo a partir do exercício de 2019.

Transição

Conforme previsto nas disposições transitórias do CPC 06 - R2, para fins de adoção inicial a companhia adotará o método de abordagem de efeito cumulativo, não representando suas demonstrações financeiras de períodos anteriores, bem como aplicará os seguintes expedientes:

- Aplicará o pronunciamento aos contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento;
- O passivo de arrendamento será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, líquidos de impostos recuperáveis, quando aplicável, descontado utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da companhia na data de aplicação inicial;
- O ativo de direito de uso será reconhecido com base no valor do passivo de arrendamento, ajustado por qualquer pagamento de arrendamento antecipado ou acumulado referente a esse arrendamento, reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. Não serão considerados os custos diretos iniciais da mensuração do direito de uso na data de aplicação inicial.

Estimativas e julgamentos relevantes

Considerando que a companhia adotará o método de abordagem de efeito cumulativo, os passivos de arrendamento serão mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, caso aplicável, utilizando taxas incrementais sobre empréstimos da companhia na data de adoção inicial.

Apresentação

Os ativos de direito de uso serão apresentados no imobilizado, representando as classes de acordo com a utilização do ativo. Os passivos de arrendamento serão apresentados como financiamentos.

Nesse sentido, espera-se que as mudanças trazidas pelo CPC 06 - R2 quanto ao reconhecimento, mensuração e apresentação de arrendamentos mercantis ocasionarão, em sua adoção inicial, impactos nas rubricas

continuação



Araucária Nitrogenados S.A.

CNPJ Nº 12.984.254/0001-70 - Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS

dos saldos de Imobilizados e Financiamentos, respectivamente e, em virtude de mensuração dos ativos de direito de uso ser equivalente ao passivo de arrendamento, tais mudanças não impactarão o Patrimônio Líquido da companhia em 1º de janeiro de 2019.

Na demonstração dos fluxos de caixa, os pagamentos de arrendamentos que atualmente são apresentados atualmente como fluxos de caixa das atividades operacionais, serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento, representando os pagamentos de principal e juros. Contudo, essa alteração não terá impacto na posição líquida do Fluxo de Caixa da Companhia.

5.1.2. IFRIC 23- Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A partir de 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a interpretação técnica IFRIC Interpretation 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments (IFRIC 23), emitida pelo IASB.

O IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro.

Quando há incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro, esta interpretação trata:

- Se a entidade deve considerar tratamentos fiscais incertos separadamente;
- As premissas que a entidade deve elaborar sobre o exame de tratamentos fiscais por autoridades fiscais;
- Como a entidade deve determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais; e
- Como a entidade deve considerar mudanças em fatos e circunstâncias.

Conforme previsto nas disposições transitórias do IFRIC 23, a companhia aplicará os requerimentos retrospectivamente, com o efeito cumulativo da adoção reconhecida na data da aplicação inicial como ajuste ao saldo de abertura de lucros acumulados. A companhia não identificou impactos materiais na aplicação do IFRIC 23.

5.1.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A partir de 1º de janeiro de 2018, a companhia adotou inicialmente os requerimentos contábeis nos seguintes pronunciamentos: CPC 48 Instrumentos Financeiros, análogo ao IFRS 9 Financial Instruments e CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, análogo ao IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers.

IFRS 9 Financial Instruments / CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece, entre outros, novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, contabilidade de hedge e divulgação.

De acordo com as disposições transitórias previstas pelo CPC 48, a companhia não reperceitou suas demonstrações financeiras de períodos anteriores em relação aos novos requerimentos referentes a: classificação e mensuração de ativos financeiros, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e modificações nos termos de ativos e passivos financeiros.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers / CPC 47 - Receitas de Contrato com Clientes

O CPC 47 substituiu os CPC 17 (R1) Receitas e CPC 30 (R1) Contratos de Construção bem como suas respectivas interpretações. Ao adotar o CPC 47, a companhia determinou quando (ou a que medida) e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto pelas cinco etapas a seguir: 1) identificação do contrato com o cliente; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento quando (ou enquanto) a obrigação de desempenho é satisfeita. Uma obrigação de desempenho é considerada atendida quando (ou à medida que) o cliente obtém o controle sobre o bem ou serviço prometido.

Em conformidade com as disposições transitórias previstas pelo CPC 47, a companhia adotou o pronunciamento retrospectivamente com reconhecimento dos efeitos da aplicação inicial em lucros acumulados. No entanto, as mudanças em função da adoção do CPC 47 apenas alteraram a forma como certas receitas de contratos com clientes são apresentadas na demonstração de resultados da companhia. Desta forma, não foram reconhecidos impactos em lucros acumulados.

6. Caixa e equivalentes de caixa

10. Imobilizado

10.1. Por tipo de ativos

Por tipo de ativos	Edifícios e benfeitorias					Equipamentos e instalações		Imobilizações em curso		Materiais		Total
	Termos	risca	risca	risca	risca	risca	risca	risca	risca	risca	risca	
Saldo em 1º de janeiro de 2017	371	4.088	169.907	11.957	9.502	-	-	-	-	-	196.825	
Adições	-	-	737	6.890	-	-	-	-	-	-	7.626	
Baixas	-	-	(6)	-	-	-	-	-	-	-	(6)	
Impairment	(371)	(2.911)	(140.810)	(15.522)	(9.502)	-	-	-	-	-	(160.116)	
Transferência	-	-	3.325	(3.325)	-	-	-	-	-	-	-	
Depreciação	-	(1.177)	(59.153)	-	-	-	-	-	-	-	(60.330)	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Custo	371	45.962	1.104.297	15.522	9.502	-	-	-	-	-	1.175.654	
Depreciação acumulada	-	(43.051)	(963.487)	-	-	-	-	-	-	-	(1.006.538)	
Impairment	(371)	(2.911)	(140.810)	(15.522)	(9.502)	-	-	-	-	-	(160.116)	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Adições	-	-	242	73.673	-	-	-	-	-	-	73.915	
Baixas	-	-	-	(6)	-	-	-	-	-	-	(6)	
Impairment	-	(196)	(7.844)	(62.391)	-	-	-	-	-	-	(70.431)	
Reversão do Impairment	50	593	12.617	266	-	-	-	-	-	-	13.526	
Transferência	-	(371)	10.787	(10.808)	-	-	-	-	-	-	(490)	
Depreciação	-	-	(1.267)	-	-	-	-	-	-	-	(1.267)	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	50	26	14.535	636	-	-	-	-	-	-	15.247	
Custo	371	45.962	1.104.539	89.189	9.502	-	-	-	-	-	1.249.563	
Depreciação acumulada	-	(43.422)	(964.754)	-	-	-	-	-	-	-	(1.008.176)	
Impairment	(371)	(3.107)	(148.654)	(77.813)	(9.502)	-	-	-	-	-	(239.547)	
Reversão do Impairment	50	593	12.617	266	-	-	-	-	-	-	13.526	
Transferência	-	-	10.787	(10.808)	-	-	-	-	-	-	(119)	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	50	26	14.535	636	-	-	-	-	-	-	15.247	
Tempo de vida útil média ponderado em anos	25 e 50	2 a 16	3 a 10	-	-	-	-	-	-	-	-	

10.2. Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment)

A companhia avalia os ativos imobilizado e intangível quando há indícios de não recuperação do seu valor contábil.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil dos ativos é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso de um ativo e seu valor justo líquido de despesa de venda.

Em dezembro de 2018, considerando que o valor justo supera o valor em uso, a companhia reconheceu perdas por desvalorização no valor de R\$ 57,178.

11. Intangível

	Softwares	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	554	554
Adições	16	16
Amortização	(86)	(86)
Impairment	(484)	(484)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2017
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	22	143
Aplicações financeiras		
- No País		
Fundos de investimentos financeiros	294.307	
	294.329	143

As aplicações financeiras em FIC FI são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A rentabilidade do fundo, em 2018, foi de 6,38% a.a.

A exposição da Companhia ao risco de crédito associado às instituições financeiras está divulgada na nota explicativa 25.

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber, líquidas

	2016	2017
Terceiros	10.497	5.099
Partes relacionadas (nota 14)	1.245	1.353
Receíveis de ativos financeiros (i)		220.105
	11.742	226.557
Perdas de créditos esperados - PCE	(4.152)	(4.175)
	7.590	222.381

(i) Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado predominantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas. A aplicação desses recursos no FIDC-NP, é tratada como "empréstimos e recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

A exposição da Companhia ao risco de crédito associado aos clientes está divulgada na nota explicativa 25.

7.2. Movimentação das perdas de créditos esperados - PCE

	2016	2017
Saldo inicial	4.176	4.191
Reversão	(24)	(15)
Saldo final	4.152	4.176

7.3. Contas a receber vencidas - clientes terceiros

	2016	2017
Até 3 meses	220	78
De 3 a 6 meses	39	101
De 6 a 12 meses	277	173
Acima de 12 meses	4.152	4.587
	4.688	4.939

8. Estoques

	2016	2017
Produtos acabados (i)	86.794	10.523
Ureia	78.239	4.173
Amônia	11.102	3.048
Ara	3.735	584
Outros	6.718	2.717
Matérias-primas e insumos básicos	14.689	17.574
Almoxarifado	16.824	14.291
Provisão para ajuste ao valor de realização (ii)	(7.281)	(857)
	121.006	41.431

(i) O aumento do estoque apresentou valor compatível com o nível operacional esperado na indústria (30 a 40 mil toneladas), considerando produção mensal da ureia de cerca de 55 mil toneladas. Em 2017, face às perdas não programadas da unidade, a Companhia reduziu seus estoques a níveis inferiores ao estoque regulatório que garantia um suprimento confiável aos seus clientes. Com a retomada da produção a partir do segundo semestre de 2018, e com a elevação gradual do volume de vendas, esse estoque foi restabelecido.

(ii) Na avaliação de 2016 e 2017, a Companhia concluiu que sobre materiais em almoxarifado não há provisão para perdas uma vez que se encontram em condições normais de uso pela Companhia. Esses estoques de materiais de almoxarifado, quando utilizados, serão lançados como custo de produção ou despesa.

9. Adiantamento a fornecedores

A Companhia possui um contrato de Take or Pay com a Companhia Paranaense de Gás - COMPAGAS. Como a planta passou por paradas não programadas em 2016 e 2017, o consumo mínimo contratado não foi atingido, o que consequentemente, gerou uma obrigação a pagar de curto prazo à Companhia e um direito de utilização desse gás, cuja recuperação ocorrerá durante a vigência do contrato. Nesse sentido, a Companhia registrou em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 71.936 (R\$ 44.659 em 31 de dezembro de 2017) como adiantamento a fornecedores no ativo não circulante. A Companhia assinou, em 31 de janeiro de 2018, um novo contrato com a COMPAGAS o qual possibilita a recuperação integral do saldo reconhecido como adiantamento.

Saldo em 31 de dezembro de 2017

Custo	881	881
Amortização acumulada	(497)	(497)
Impairment	(484)	(484)

Saldo em 31 de dezembro de 2017

Adições	71	71
Amortização	(102)	(102)
Impairment	(280)	(280)
Reversão do Impairment	7	7
Transferência	553	553

Saldo em 31 de dezembro de 2016

Custo	1.052	1.052
Amortização acumulada	(803)	(803)
Impairment	(764)	(764)
Reversão do Impairment	249	249
Transferência	515	515
Saldo em 31 de dezembro de 2016	249	249

12. Fornecedores

	2016	2017
Terceiros no país	15.095	12.835
Partes relacionadas (Nota 14) *	394.124	232.501
	409.219	245.336

(*) O aumento deve-se ao maior volume de compras, associado ao alongamento de prazo de pagamento negociado com a sua Controladora.

13. Cessão de recebíveis - FIDC

A Companhia possui um limite de R\$ 163.000 para antecipação de recebíveis, junto ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), exclusivo para as operações do Sistema Petróbras. O processo de antecipação de recebíveis é gerido pela Caixa Nacional da Controladora com um custo de 100,5% do CDI por operação.

Em abril de 2018, a Companhia liquidou essa operação.

14. Partes relacionadas

14.1. Transações comerciais e outras operações

A Companhia segue a política com partes relacionadas do sistema Petróbras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

Esta política que orienta a Petrobras e sua força de trabalho na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da Companhia, alinhados à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa, incluindo: (i) análise prévia pelo Comitê de Auditoria Externo (CAE) para transações celebradas com coligadas, com a União e com sociedades controladas por pessoal chave da administração e familiares com reporte mensal destas análises realizadas ao Conselho de Administração, para as transações que atendem aos critérios de materialidade estabelecidos na Instrução CVM 480/09; e (ii) aprovação prévia do Conselho de Administração para as transações envolvendo União, suas autarquias e fundações, devendo ser aprovada por no mínimo 2/3 dos seus membros.

A política também visa garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da Companhia.

	Petrobras Brasileiro S.A.	Petrobras Distribuidora S.A.	Coligadas	2016	2017
Ativo					
Circulante					
Contas a receber, por venda de produtos	836	409		1.245	1.353
	836	409		1.245	1.353
Passivo					
Circulante					
Contas a pagar, por fornecimento de matéria-prima, insumos e produtos para revenda	385.843	1.842	6.439	394.124	232.501
	385.843	1.842	6.439	394.124	232.501
Resultado					
Receitas por vendas de produtos	839	8.196		9.035	9.113
Despesas operacionais			(5.560)	(5.560)	(44.423)
	839	8.196	(5.560)	3.475	(35.310)

14.2. Remuneração da administração da Companhia

Os Membros da Diretoria exercem funções gerenciais na Controladora Petróbras e não recebem verbas remuneratórias da Companhia.

continua...

continuação



Araucária Nitrogenados S.A.

CNPJ Nº 12.984.254/0001-70 - Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS



15. Tributos

15.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social

	Ativo Circulante			
	2018	2017	2018	2017
Imposto de renda	5.302	4.287		
Contribuição social	546	801		
	5.848	5.088		
Demaix impostos e contribuições				
	Ativo Circulante	Ativo não Circulante	Passivo Circulante	Passivo não Circulante
	2018	2017	2018	2017
ICMS (I)	2.046	2.645	178.134	149.848
PISCOFINS (II) e (III)	2.327	21.102	98.113	100.898
Imposto de renda retido de terceiros				383
Outras	(118)	(118)		1.891
	4.255	23.829	277.247	250.646
			383	1.891

(I) Os créditos de ICMS são originados da aquisição de insumos de produção e de materiais incorporados ao imobilizado, e inclui créditos habilitados no Sistema de Controle de Transferência e Utilização de Créditos Acumulados do Paraná (SISCREP).

(II) Os créditos de PISCOFINS são originados das aquisições de insumos de produção e do imobilizado, de acordo com as leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003.

(III) A Companhia, com base nas projeções das operações de compra e vendas num período de 10 anos, realizou o teste recuperabilidade dos créditos fiscais e reconheceu uma provisão para perda no montante de R\$ 58.315.

15.2. Realização dos créditos do PISCOFINS e ICMS

Em 31 de dezembro de 2018, a expectativa de realização dos créditos de PISCOFINS e ICMS é a seguinte:

	PISCOFINS	ICMS
2020	2.132	6.634
2021	7.901	14.896
2022	7.181	15.083
2023 em diante	80.899	142.441
	98.113	178.134

A Administração da Companhia, apesar de haver a possibilidade legal de compensação de créditos de PIS e COFINS através de pedidos de restituição junto à Receita Federal do Brasil, espera realizar tais créditos com as operações futuras.

A comercialização de insumos de produção de fertilizantes (ureia e amônia fertilizantes) é beneficiada pela alíquota zero para PISCOFINS, e para o ICMS, as saídas podem ocorrer com diferimento ou alíquota reduzida, a depender do Estado de destino do produto, para 8,4% ou 4,8%. A Administração da Companhia, entretanto, vem atuando na diversificação das vendas e incremento das vendas de produtos com maior valor agregado, com a perspectiva de elevação dos produtos unia premium e ARLA-32, cuja comercialização não tem benefícios fiscais. A maior participação da unia premium e ARLA-32 no mix de vendas permitirá que a partir de 2018, sejam iniciadas as recuperações dos créditos fiscais de PISCOFINS e ICMS.

15.3. Reconciliação do Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos impostos ajustados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2018	2017
Prejuízo antes dos impostos	(395.052)	(491.688)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	134.319	167.174
Ajustes com apuração da alíquota efetiva:		
Adições(exclusões) permanentes, líquidas	32.196	11.687
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(134.319)	(126.756)
Outros	(52.157)	(53.028)
Disposições com imposto de renda e contribuição social		

(C) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Planos de Pensão	Planos de Saúde	Planos de Pensão	Planos de Saúde
Não circulante				
Valor presente das obrigações	88.823	52.847	73.340	38.324
(-) Valor justo dos ativos do plano	57.845		55.374	
Pessoa atuarial líquida em 31 de dezembro	28.980	52.847	18.975	38.324
	81.827		53.229	

(D) Premissas atuariais adotadas no cálculo

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
	Planos de Pensão	Planos de Saúde
Taxa nominal de desconto (% a.a.)	9,11(1), 8,22(2)	9,15
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos (% a.a.)	9,11(1), 8,22(2)	8,52(1), 8,83(2)
Taxa nominal de crescimento atuarial (% a.a.)	5,55(1), 7,28(2)	5,19(1), 5,04(2)
Taxa nominal de reajuste de benefícios do plano (% a.a.)	4,01	4,01
Edição (% a.a.)	4,01	4,01
Taxa nominal de crescimento dos custos médicos (% a.a.)	12,03 e 4,00	11,30 e 4,50

(1) Plano Petros Ultratéril - (2) Plano Petros 2 (3) Plano Vale Mãe

17. Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

Em 17 de dezembro de 2016, a Companhia recebeu de sua Controladora adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 253.700.

18. Patrimônio líquido

18.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2018, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 1.573.351 (R\$ 1.309.251 em 31 de dezembro de 2017) e está representado por 1.573.351.443 e 1.309.251.443 ações ordinárias, nominativas sem valor nominal, respectivamente.

Aumento de capital

Em 25 de abril de 2018, foi aprovado pela Assembleia Geral de Ações da Araucária o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 264.100 (R\$ 528.200, em 2017) com o emissão de novas ações ordinárias, sem valor nominal.

18.2. Outros resultados abrangentes

Em 2010, na adoção inicial dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC, a Ultratéril (arrazonadora da Companhia) optou por atribuir um novo custo - deemed cost - para os ativos classificados na conta de "máquinas e equipamentos", de forma que esses ativos refletissem seu valor justo com efeito líquido de impostos, refletido no patrimônio líquido, em custo atribuído.

Por conta da provisão para perda em seus ativos imobilizados, a Companhia realizou toda sua reserva de custo atribuído na mesma proporção da baixa dos ativos que o originaram. O impacto dessa realização na conta de prejuízos acumulados em 2017 foi de R\$ 58.997. Em 2018, a Companhia reconheceu perda de R\$ 20.226 com reversão de sua reserva de custo atribuído e assistência médica.

18.3. Resultado por ação



Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Adições(exclusões) permanentes, líquidas	32.196	11.887
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(134.316)	(120.756)
Outros	(32.157)	(52.028)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	39	6.277
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39	6.277
Imposto de renda e contribuição social correntes	39	6.277

Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social 0,0% (1,3%)
As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Alíquotas fiscais diferidas não foram reconhecidas com relação a estes itens, pois não é provável, nas atuais circunstâncias, que os lucros tributários futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes impostos.

16. Benefícios concedidos a empregados

16.1. Plano Petros 2

A gestão dos planos de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

O Plano Petros 2 foi implementado pela Companhia, em setembro de 2015, na modalidade de contribuição variável.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantida de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado no respectivo mês de competência.

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 e 30 de junho de 2018, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação de Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base de 31 de dezembro de 2018 é de 42,46 anos.

16.2. Plano Petros Ultrafratril

É um plano de previdência complementar de benefício definido, instituído pela Petrobras em julho de 1970, que assegura aos participantes uma complementação do benefício definido concedido pela Previdência Social. Esse plano de previdência possui 47 participantes entre ativos e assistidos.

A avaliação do plano de custeio de Petros é procedida por atuários independentes, em regime de capitalização, para a maioria de benefícios. As patrocinadoras efetuam contribuições regulares em valores iguais aos valores das contribuições dos participantes, ou seja, de forma paritária.

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2018 são de R\$ 778.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base de 31 de dezembro de 2018 é de 20,24 anos.

16.3. Outros planos

A Companhia também patrocina um plano de assistência médica, cujo benefício concedido é a extensão da assistência médica, no desligamento da Companhia ou por aposentadoria, para os empregados que efetuam contribuição fora para o plano, conforme previsto nos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.856/98. O plano assistencial é contratado junto à operadora Central Nacional Unimed.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base de 31 de dezembro de 2018 é de 24,28 anos.

A evolução do passivo atuarial, apurado com base em laudo de atuário independente, encontra-se apresentada e seguir:

(a) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais

	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Planos de Pensão	Planos de Saúde	Planos de Pensão	Planos de Saúde
Obrigação atuarial no início do exercício	73.349	36.324	67.552	33.843
Custo do serviço corrente	1.747	2.223	952	2.168
Custo dos juros	3.657	3.451	7.264	3.655
Benefício pagos	(2.143)	-	(1.359)	-
Contribuições dos participantes	771	629	-	-
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - experiência	1.788	55	(3.671)	(21)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses demográficas	77	1.961	(2.299)	(2.540)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses financeiras	4.483	8.833	3.955	(781)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais por rolamento de investimentos	2.894	-	-	-
Outros	-	-	326	-
Obrigação atuarial no fim do exercício	86.923	52.847	73.349	36.324

(b) Movimentação do valor justo dos ativos do plano

	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Planos de Pensão	Planos de Saúde	Planos de Pensão	Planos de Saúde
Ativos do plano no início do exercício	56.374	-	48.646	-
Receita de juros	5.300	-	5.241	-
Contribuição pagos pela empresa	634	-	792	-
Contribuição de participantes	771	-	630	-
Benefícios pagos	(2.143)	-	(1.359)	-
Rendimento sobre os Ativos (Maior)/Menor que o Taxa de Desconto	(2.853)	-	2.424	-
Ativos do plano no fim do exercício	57.983	-	56.374	-

Por conta de provisão para perdas em seus ativos encobertos, a Companhia reduziu seus ativos de custo atribuído na mesma proporção da base dos ativos que a originaram. O impacto dessa realização na conta de prejuízos acumulados em 2017 foi de R\$ 58.937. Em 2018, a Companhia reconheceu perda de R\$ 20.226 com renensuração dos seus planos de pensão e assistência médica.

18.3. Resultado por ação

	2018	2017
Prejuízo líquido atribuível aos acionistas da Araucária Nitrogenados I	(395.013)	(485.411)
Quantidade de ações ordinárias	1.573.351.443	1.309.251.443
Prejuízo do exercício básico e diluído por ação ordinária (R\$ por ação)	(0,25)	(0,37)

19. Receita de vendas

	2018	2017
Receitas brutas de vendas	268.318	304.345
Encargos de vendas (PIS, COFINS e ICMS)	(26.892)	(30.819)
Receitas líquidas de vendas	241.426	273.526
Ureia	140.038	125.467
Amônia	51.152	51.560
Reforço	28.686	66.798
Aria	11.320	13.565
Outros	9.230	16.136
	241.426	273.526

20. Custo dos produtos vendidos e despesas por natureza

	2018	2017
Gastos com pessoal(i)	(128.019)	(121.963)
Matérias-primas e produtos para revenda (ii)	(314.012)	(327.812)
Serviços contratados (iii)	(106.181)	(63.306)
Provisão para perda na recuperação de ativos	(116.493)	(169.600)
Depreciação, exaustão e amortização	(1.369)	(34.416)
Tributárias	(1.021)	(624)
Desgígio/reversão na venda de créditos de ICMS	-	1.729
Participação no resultado	(7.489)	(2.177)
Multas contratuais de fornecedores - taxa or pay	(5.560)	(44.423)
Variação de estoques	54.209	5.754
Encargos gerais e outros	(14.187)	1.698
	(640.122)	(754.940)

Na Demonstração do Resultado

	2018	2017
Custo dos produtos vendidos	(314.744)	(375.825)
Despesas com vendas	(2.394)	(1.894)
Despesas gerais e administrativas	(2.676)	(3.528)
Tributárias	(1.021)	(624)
Provisão para perda em ativos	(116.493)	(169.600)
Outras receitas (despesas) líquidas	(202.794)	(203.389)
	(640.122)	(754.940)

(i) Aumento devido ao acordo coletivo de trabalho.

(ii) Redução em função de menores volumes de vendas em 2018.

(iii) Aumento devido aos maiores gastos com conservação e manutenção da planta industrial.

21. Outras despesas líquidas

	2018	2017
Paradas não programadas (nota 1)	(175.598)	(162.951)
Multas contratuais aplicada a clientes	104	578
Provisão para participação no resultado	(7.489)	(2.177)
Desgígio/reversão na venda de créditos de ICMS	-	1.729
Multas contratuais de fornecedores - taxa or pay (i)	(5.560)	(44.423)
Provisão para contingências	(4.342)	-
Despesas eventuais	(11.083)	2.462
Outros	1.124	1.413
	(202.794)	(203.389)

(i) Multas pagas a fornecedores devido ao consumo realizado ser inferior ao contratado (Nota 24).

22. Resultado financeiro, líquido

	2018	2017
Receita em aplicações financeiras	6.630	-
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	2.986	4.717
Juros pagos a fornecedores	(87)	(363)
Despesas com cessão de recebíveis - FIDC	(2.582)	(15.463)
Outras receitas financeiras líquidas	378	351
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	(3.881)	484
Resultado financeiro líquido	3.644	(10.274)
Receitas	10.194	5.068
Despesas	(2.669)	(15.828)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(3.881)	484
	3.644	(10.274)

continuação



Araucária Nitrogenados S.A.

CNPJ Nº 12.984.254/0001-70 - Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS

23. Processos judiciais e contingências

23.1. Processos judiciais provisionados, Depósitos Judiciais e Processos Judiciais não provisionados

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgão governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis, ambientais e outros assuntos.

A Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com as ações em curso.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Ativo não circulante	2018	2017
Trabalhistas	4.656	3.448
	<u>4.656</u>	<u>3.448</u>

Os processos judiciais cujo probabilidade de perda é considerada possível não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, mas são divulgados, a menos que a expectativa de ocorrer qualquer desembolso seja remota.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2018 para os quais a probabilidade de perda é considerada possível são apresentadas na tabela a seguir:

Natureza	Estimativa
Cíveis - Gerais	5
Trabalhistas	5.202
	<u>5.202</u>

23.2. Processos judiciais sob responsabilidade de terceiros

O contrato de compra e venda celebrado por ocasião da compra da totalidade das ações da Companhia que pertenciam a Vale Internacional pela Petrobras, definiu que as ações judiciais de competência anterior à data da aquisição seriam de responsabilidade da parte vendedora, cabendo a essa o direito de defesa e a obrigação de desembolso em caso de perdas judiciais.

24. Compromissos de riscos

A companhia mantém contratos onerosos de compra de resíduo estável com a Petrobras e de gás natural com a Companhia Paranaense de Gás - Compagás, se comprometendo com reserva de volumes mínimos mensais e diários, ficando sujeita a pagamento de multa compensatória, caso não cumpridos os volumes contratados. Em 2017, a Companhia reconheceu R\$ 5.560 (R\$ 44.423 em 31 de dezembro de 2017) a título de penalidade (Nota 21).

25. Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas diante das condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante os exercícios também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Companhia são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados, principalmente, à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do Sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia e estão demonstradas abaixo em 31 de dezembro:

	2018	2017
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	294.329	143
Contas a receber, líquidas	7.590	222.381
	<u>301.919</u>	<u>222.524</u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	409.219	245.336
Outras contas e despesas a pagar	8.243	8.771
	<u>417.462</u>	<u>254.107</u>

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e de contas a pagar estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia são equivalentes aos seus valores contábeis.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representado pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

A Companhia procura mitigar o risco de crédito associado aos seus clientes principalmente com base no histórico de operações e recebimento e com base em análise de crédito.

b. Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos, principalmente, com despesas de capital de giro. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por dívidas de curto e longo prazos, transações de vendas e aportes da Controladora, quando necessário. Estas fontes de recursos, somadas à posição financeira da Companhia, tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos de forma corporativa.

c. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade segue as orientações corporativas para as empresas do Sistema Petrobras.

d. Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de equipamentos ou serviços e contratação de instrumentos financeiros. Além dos valores a pagar em moedas estrangeiras, a Companhia não tem fluxos operacionais em outras moedas.

Diretoria Executiva

GERSON CESAR SOUZA

Diretor Presidente

ALVARO LUIS FONSECA DE OLIVEIRA

Diretor Comercial

MATEUS CAVALCANTE WAGA

Diretor Financeiro

ROBSON HONORATO

Contador

CRC-RJ-086.4730-7

peles empresas do Sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia.
Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia e estão demonstradas abaixo em 31 de dezembro:

ROBSON HONORATO
Contador
CRC-RJ-086.4730-7

Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras

Em cumprimento à Lei nº 13.303/2016 e ao Decreto nº 8.945/2016, a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras optou pela constituição de um órgão estatutário de caráter permanente - denominado Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras ("CAE Conglomerado") - vinculado diretamente ao seu Conselho de Administração, com a finalidade de assessorá-lo, bem como aos Conselhos de Administração, quando houver, às Assembleias de Acionistas ou às Diretorias Executivas de determinadas sociedades controladas integrantes do Sistema Petrobras (doravante, "Sociedades"), para apreciação de matérias de sua competência e responsabilidade regimental e que serão objeto de orientação para essas Sociedades.

O Resumo do Relatório Anual de Atividades do CAE Conglomerado abrange todas as Sociedades. É emitido de forma única e encontra-se divulgado no endereço eletrônico da Petrobras. O parecer a seguir é emitido individualmente e reflete as conclusões expressas no citado relatório, com as adaptações de redação demandadas para cada uma das Sociedades.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado da Petrobras, tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados, descritas de forma resumida no Resumo do Relatório Anual de Atividades, concluíram, quanto à Aracruz Nitrogenados S.A., que:

- (i) os processos de controles internos para a produção dos relatórios financeiros são efetivos e as ações de prevenção e combate à fraude e corrupção são adequadas;
- (ii) a Auditoria Independente é efetiva e não foi reportada nenhuma ocorrência que pudesse comprometer sua independência;

- (iii) a gestão e o monitoramento dos principais fatores de riscos vêm sendo gerenciados pela Administração, e;
 - (iv) os parâmetros em que se fundamentaram os cálculos atuariais, bem como o resultado dos planos de benefícios mantidos pela Fundação Petrobras de Seguridade Social são razoáveis e alinhados às melhores práticas de mercado.
- Nesta contextura, após procederem ao exame e análise das Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2018") e do Relatório dos Auditores Independentes, não obstante esse último ter sido emitido pela KPMG Auditores Independentes com opinião contendo ressalvas de "incerteza relevante sobre a continuidade operacional" e de ênfase para transações com partes relacionadas, os membros do Comitê recomendam a sua aprovação pelo órgão societário competente da Aracruz Nitrogenados S.A.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2019.

Jerônimo Antunes
Conselheiro de Administração Independente da Petrobras
Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras
Especialista Financeiro e de Contabilidade Societária

Durval José Soledade Santos
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário
do Conglomerado Petrobras

Francisco Vidal Luna
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário
do Conglomerado Petrobras

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Aracruz Nitrogenados S.A.
Aracruz - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Aracruz Nitrogenados S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações essenciais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aracruz Nitrogenados S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante sobre a continuidade operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia apresenta perdas reconhecidas em suas operações gerando deficiência de geração de caixa, a qual vem sendo suprida pelo suporte financeiro dos seus acionistas. Esta dependência de recursos levanta dúvidas significativas quanto à continuidade operacional dos seus negócios, bem como a capacidade da Companhia em honrar seus compromissos de curto prazo. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Ênfase - Transação com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações relacionadas ao fornecimento de matéria-prima, insumos e produtos para revenda da Companhia é realizada com sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, conforme descrito na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada às demais demonstrações financeiras e a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada aos critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, se necessário, considerer se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar tal fato.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente de causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representações feitas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respeito às divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade da continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2019

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-0144280-6-F-RJ

Anderson C. V. Dutra
Contador CRC RJ-0323170-6



Araucária Nitrogenados S.A.

CNPJ Nº 12.984.254/0001-70 - Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS

1. Araucária Nitrogenados S.A.

Adquirida em 01/06/2013, a Araucária Nitrogenados S.A. é uma subsidiária integral da Petrobras que está situada no estado do Paraná e atua na produção de Amônia, Ureia e ARLA 32, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento agrícola, industrial e a sustentabilidade ambiental do país.

1.1. Histórico

A fábrica de fertilizantes nitrogenados está localizada no município de Araucária (PR) e foi inaugurada em 18 de março de 1982 pela Petrobras, com capacidade nominal de 437,4 mil t/ano de amônia e 531,6 mil t/ano de ureia.

Em 1993, a Unidade, que pertencia à Petrobras, foi privatizada.

Em 1995 foi realizada uma modernização no reator de amônia e em 2001 uma modernização no reator de conversão de CO, aumentando a capacidade nominal de amônia para 475 mil t/ano.

Em 1997 a Unidade de ureia teve um aumento de capacidade para 700 mil t/ano.

Em novembro de 2011 foi inaugurada a primeira unidade industrial de produção do Agente Redutor Líquido Líquido Automotivo (ARLA 32) do país, com uma capacidade de 923 mil t/ano, sendo considerada a maior planta de produção de ARLA 32 do mundo.

Até 01/06/2012 a planta industrial da Araucária era uma Unidade Operacional (UO) da Ultrafertil. Em 01/06/2012 a Ultrafertil foi dissolvida e esta unidade operacional passou a integrar o patrimônio da empresa Araucária Nitrogenados S.A.

Em Dez/2012, a Petrobras assinou acordo com a Vale Fertilizantes S.A. para a compra da empresa então denominada como "Araucária Nitrogenados S.A.", aquisição esta formalizada em 01 de junho de 2013. Desde então, a Araucária Nitrogenados é uma subsidiária integral da Petrobras.

1.2. Matéria Prima

A Unidade utiliza como principal matéria-prima o resíduo asfáltico (RASf), proveniente da REPAR-Refinaria Presidente Getúlio Vargas. O consumo de RASf é de aproximadamente 370 mil t/ano. A unidade foi desenvolvida na década de 80 para o aumento de sinergia e eficiência da Refinaria.

1.3. Armazenagem

- Substituição da Rede de Combate à Incêndio das Rua C, 3 e 4
- Projeto de adequação das escadas de fuga da unidade de gaseificação
- Estudo para melhoria do sistema de refrigeração dos gaseificadores
- Soprador de fuligem para o regenerativo da caldeira geradora de vapor
- Instalação de filtro na linha de metanol para a caldeira
- Instalação do projeto de melhorias para evitar obstruções na unidade de lavagem com nitrogênio líquido
- Projeto de adequação para SIL 3 dos condensadores da planta de separação de ar
- Alterações referentes a segurança de processo na sala de controle
- Melhorias no telhado da subestação SE-522
- Substituição da bomba de nitrogênio líquido
- Estudo do novo trocador de calor para substituição na planta de separação de ar (Linde)
- Projeto conceitual e básico dos novos condicionadores de amostra da água de alimentação de caldeira
- Instalação da linha de inerteização da caixa fria da planta de separação de ar
- Substituição das estações dos sistemas de controle Invensys e GE
- Projeto para instalação do novo sistema de água potável

5. Resultado econômico e financeiro

Segue abaixo tabela com os Resultados e indicadores da Araucária Nitrogenados S.A. apresentados para o exercício de 2018 e sendo comparados aos de 2017.

	2018 R\$ Mil	2017 R\$ Mil
Receita líquida de Vendas	241.426	273.526
Lucro (prejuízo) bruto	(73.318)	(102.299)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	(398.696)	(481.414)

1.3. Armazenagem

As instalações da Araucária têm capacidade para armazenar 97.800 toneladas de ureia, 10.000 toneladas de amônia e 6.000 toneladas de ARLA 32.

1.4. Outros produtos

Além dos produtos principais, a unidade ainda produz como subprodutos enxofre e pellets de carbono, os quais são comercializados. Além destes, o excedente de CO₂ produzido também é vendido.

2. Volume de vendas em 2018

No ano de 2018 foram comercializados os seguintes volumes:

- Ureia Fertilizante -> 88.411 t
- Ureia Pecuária / Reforce N -> 18.958 t
- Ureia Industrial -> 18.189 t
- Ureia Premium -> 1.256 t
- ARLA 32 -> 17.733 t
- Amônia -> 26.129 t
- CO₂ -> 19.089 t
- Pellets de Carbono -> 16.320 t
- Enxofre -> 0 t

3. Produção em 2018

No ano de 2018 foram produzidos os seguintes volumes de produtos principais:

- Ureia (total) -> 178.273 t
- ARLA 32 -> 24.245 t
- Amônia -> 134.480 t
- CO₂ -> 17.779 t
- Pellets de Carbono -> 11.135 t
- Enxofre -> 0 t

4. Principais projetos

4.1. Projetos concluídos em 2018

- Projeto de modernização da unidade de água desmineralizada (Fase 1) - Instalação do Shelter com 28 analisadores
- Instalação do compressor de ar de serviço e instrumento
- Substituição dos painéis de controle de campo das turbinas de expansão da planta de separação de ar
- Atualização da Versão Delta V do SDCD (sistema de controle)
- Finalização da instalação das barreiras físicas para proteção contra burn-out dos reatores

4.2. Projetos para 2019

- Finalização da instalação do analisador de hidrocarbonetos na planta de separação de ar

Lucro (prejuízo) bruto		
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	(398.696)	(481.414)
Resultado financeiro líquido	3.644	(10.274)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(395.013)	(485.411)

Margem bruta (%)	-30 %	-37 %
Margem operacional (%)	-165 %	-176 %
Margem líquida (%)	-163 %	-177 %

Ativo Total	803.583	592.564
Investimentos, imobilizado e intangível	15.496	-
Patrimônio Líquido	23.862	175.000
Relação do Capital próprio/Capital de terceiros	2,378	17/41

5.1. Resultados

A Araucária Nitrogenados S.A. apresentou prejuízo líquido de R\$ 395.013 mil, R\$ 90.398 mil superior ao resultado apurado no exercício de 2017 (prejuízo de R\$ 485.411 mil). Tal resultado pode ser atribuído aos seguintes fatores:

- O preço de venda dos produtos não acompanhou na mesma proporção o aumento dos custos dos insumos e da matéria-prima; gerando um prejuízo bruto de R\$ 73.318 mil em 2018 (R\$ 102.299 mil em 2017). O resultado negativo também foi ocasionado por redução da produção em função das paradas não programadas (219 dias sem operação em 2018) e consequente perda do mercado de ureia. Aumento do resultado financeiro líquido em R\$ 13.918 mil devido à redução de despesas com cessão de recebíveis realizadas no FIDC (Fundo de Investimento em Direito Creditórios (FIDC) não padronizados do Sistema Petrobras). Em abril de 2018, a Companhia liquidou essa operação;
- Redução do valor recuperável dos ativos (impairment) em R\$ 116.493 mil.

5.2. Relacionamento com empresas do Sistema Petrobras

5.2.1. Contas a receber

O saldo de contas a receber da Petrobras é de R\$ 836 mil (R\$ 992 mil em 31 de dezembro de 2017) e da BR é de R\$ 409 mil (R\$ 361 mil em 31 de dezembro de 2017) e referem-se às vendas de de ARLA e Reforce N para BR e venda de amônia para a Petrobras.

5.2.2. Fornecedores

O saldo de contas a pagar à Petrobras atingiu R\$ 385.843 mil (R\$ 231.171 mil em 31 de dezembro de 2017) e refere-se ao fornecimento de RASF, vapor e água. O saldo a pagar à BR totaliza R\$ 1.842 mil (R\$ 30 mil em 31 de dezembro de 2017) e refere-se às compras de óleo combustível.

5.3. Principais cotações e preços médios

São utilizados para a elaboração de preços da Araucária Nitrogenados os principais indicadores do segmento com suas respectivas cotações internacionais dos fertilizantes nitrogenados. Para a Araucária Nitrogenados são relevantes as cotações da ureia (FOB Yuzhnyy, na Ucrânia, importante região exportadora FOB, Arab Golf spot price, região do golfo Árabe importante região exportadora e CFR Brasil, importante região importadora) e de amônia (CFR Tampa, nos EUA, importante região importadora).

É também relevante a cotação do dólar, tendo em vista que a precificação é realizada com base em paridade de importação, adicionando-se uma margem.

6. Membros da Diretoria Executiva (2018)

Gerson Cesar Souza - Diretor Presidente

Gerson Cesar Souza - Diretor Industrial

Mateus Cavalcante Waga - Diretor Financeiro

- Projeto de modernização da unidade de água desmineralizada (Fase 1) - Instalação do Shelter com 28 analisadores
- Instalação do compressor de ar de serviço e instrumento
- Substituição dos painéis de controle de campo das turbinas de expansão da planta de separação de ar
- Atualização da Versão Delta V do SDCD (sistema de controle)
- Finalização da instalação das barreiras físicas para proteção contra burn-out dos reatores

4.2. Projetos para 2019

- Finalização da instalação do analisador de hidrocarbonetos na planta de separação de ar
- Substituição dos compressores de reliquefação de amônia e sistemas auxiliares
- Melhoria no sistema de detecção de chama do flare quente e frio

São utilizados para a elaboração de preços de Aracama Nitrogenados os principais indicadores do segmento com suas respectivas cotações internacionais dos fertilizantes nitrogenados. Para a Aracária Nitrogenados são relevantes as cotações da ureia (FOB Yuzhnyy, na Ucrânia, importante região exportadora FOB, Arab Golf spot price, região do golfo Árabe importante região exportadora e CFR Brasil, importante região importadora) e de amônia (CFR Tampa, nos EUA, importante região importadora).

É também relevante a cotação do dólar, tendo em vista que a precificação é realizada com base em paridade de importação, adicionando-se uma margem.

6. Membros da Diretoria Executiva (2018)

Gérson César Souza - Diretor Presidente

Gérson César Souza - Diretor Industrial

Mateus Cavalcante Waga - Diretor Financeiro

Alvaro Luis Fonseca de Oliveira - Diretor Comercial

Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo	Nota	2018		2017		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2018		2017	
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	294.329		143		Fornecedores	12	409.219		245.336	
Contas a receber, líquidas	7	7.590		2.276		Impostos e contribuições	15.1	383		1.991	
Contas a receber - FIDC	7			220.105		Salários, férias, encargos e participações		22.007		17.873	
Estoques	8	121.006		41.431		Cessão de recebíveis - FIDC	13			90.255	
Imposto de renda e contribuição social	15.1	5.938		5.098		Outras contas e despesas a pagar		8.243		8.771	
Impostos e contribuições	15.1	4.255		23.629				439.852		364.226	
Outros ativos circulantes		1.130		1.089							
				434.248						293.771	
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.3			39	
Impostos e contribuições	15.1	277.247		250.646		Planos de pensão e saúde	16	81.827		53.299	
Adiantamentos a fornecedores	9	71.936		44.699		Adiantamento p/ futuro aumento de capital	17	253.700			
Depósito judicial	23	4.656		3.448		Provisão para contingências		4.342			
				353.839				339.869		53.338	
Imobilizado	10	15.247				Patrimônio líquido					
Intangível	11	249				Capital social realizado	18.1	1.573.351		1.309.251	
				369.335		Outros resultados abrangentes	18.2	(41.438)		(21.212)	
						Prejuízos acumulados	18.3	(1.508.051)		(1.113.039)	
								23.862		175.000	
Total do Ativo		803.583		592.564		Total do Passivo e Patrimônio Líquido		803.583		592.564	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

continuação




Araucária Nitrogenados S.A.

CNPJ Nº 12.984.254/0001-70 - Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS

Resultado do Exercício

31 de dezembro de 2018

	Nota	2018	2017
Receita líquida de vendas de produtos	19	241.426	273.526
Custo dos produtos vendidos	20	(314.744)	(375.825)
Prejuízo bruto		(73.318)	(102.299)
Receltas (despesas) operacionais			
Vendas	20	(2.394)	(1.994)
Gerais e administrativas	20	(2.676)	(3.528)
Tributárias	20	(1.021)	(624)
Provisão para perda em ativos	10,2 e 15,1	(116.493)	(169.600)
Outras despesas, líquidas	21	(202.794)	(203.369)
		(325.378)	(379.115)
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		(398.696)	(481.414)
Resultado financeiro líquido	22	3.644	(10.274)
Receitas financeiras		10.194	5.068
Despesas financeiras		(2.669)	(15.826)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(3.881)	484
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(395.052)	(491.688)
Imposto de renda e contribuição social	15,3	39	6.277
Prejuízo do exercício		(395.013)	(485.411)
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)		(0,25)	(0,37)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Resultado dos Abrangentes

31 de dezembro de 2018

	2018	2017
Prejuízo do exercício	(395.013)	(485.411)
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Ganhos (Perdas) atuariais com planos de benefícios definidos	(20.226)	7.712
Outros resultados abrangentes total	(20.226)	7.712
Resultado abrangente total	(415.239)	(477.699)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Outros resultados abrangentes

31 de dezembro de 2018

	Outros resultados abrangentes			Total do patrimônio líquido
	Capital integralizado	Ganhos (perdas) atuariais com planos de benefícios definidos	Prejuízos acumulados	
Saldo em 1º de janeiro de 2017	779.951	(28.924)	58.997	123.399
Aumento de capital	529.300	-	-	529.300
Prejuízo do exercício	-	7.712	(58.997)	(485.411)
Outros resultados abrangentes	-	(20.226)	58.997	(20.226)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.309.251	(21.212)	(1.113.039)	175.000
Aumento de capital	264.100	-	-	264.100
Prejuízo do exercício	-	(20.226)	(395.013)	(395.013)
Outros resultados abrangentes	-	(41.438)	58.997	(20.226)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.573.351	(41.438)	(1.508.051)	23.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Outros resultados abrangentes

31 de dezembro de 2017

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(395.013)	(485.411)
Ajustes para:			
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	22	(2.988)	(4.717)
Despesa atuarial de planos de pensão e saúde		8.302	8.262
Beiras de ativos		6	6
Provisão para perdas no valor de recuperação de ativos permanente - impairment	10.2	57.178	169.600
Provisão para perdas no valor de recuperação de créditos tributários - impairment	15.1	59.315	-
Depreciação e amortização		1.369	34.416
Reversão de perda de créditos esperados - PCE		(24)	(15)
Provisão para contingências		4.342	-
Ajustes ao valor de realização de estoques		6.323	(8.123)
Deságio (reversão) na venda de créditos de ICMS		-	(1.729)
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros		2.582	15.468
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos		(39)	(6.277)
Redução (aumento) de ativos			
Contas a receber		(5.314)	531
Estoques		(85.898)	4.774
Impostos e contribuições - ativos		(67.382)	(49.885)
Outros ativos		(1.287)	(1.373)
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		136.646	74.778
Impostos e contribuições		(1.608)	231
Salários, férias e encargos		4.134	1.121
Outros passivos		(528)	(3.375)
Recursos líquidos utilizados pelas atividades operacionais		(279.882)	(251.723)
Fluxo de caixa das atividades de Investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangíveis		(73.986)	(7.642)
Investimentos em recebíveis de ativos financeiros		-	(649.824)
Resgates em recebíveis de ativos financeiros		223.091	442.514
Recursos líquidos gerados (aplicados) nas atividades de investimentos		149.105	(214.952)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Financiamento - Cessão de recebíveis FIDC:			
Captações		-	24.418
Amortizações do principal		(92.837)	(87.339)
Aumento de capital		264.100	529.300
Adiantamento para futuro aumento de capital		253.700	-
Recursos líquidos gerados pelas atividades de financiamentos		424.963	466.379
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício		294.185	(296)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		143	439
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		294.329	143

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2018	2017
Recargas		
Vendas de produtos e serviços e outras receitas	268.318	304.345
Reversão de perda de créditos esperados - PCE	24	15
Recargas relativas à construção de ativos para uso	73.673	6.890
	342.015	311.250
Insumos adquiridos de terceiros		
Perdas no valor de recuperação de ativos - impairment	(116.493)	(169.600)
Matérias-primas	(218.526)	(288.045)
Materiais, energia, serviços de terceiros, produtos para revenda e outros	(137.477)	(68.142)
Créditos fiscais sobre insumos e produtos para revenda	(100.020)	(75.577)
	(572.516)	(601.364)
Valor consumido bruto	(230.501)	(280.114)
Depreciação e amortização	(1.369)	(34.416)
Valor adicionado líquido consumido pela Companhia	(231.870)	(324.530)
Valor adicionado recebido em transferência		
Recargas financeiras - inclui variações monetária e cambial	10.194	5.068
	10.194	5.068
Valor adicionado consumido	(221.676)	(319.462)
Distribuição do valor consumido		
Pessoal e encargos		
Salários e participações	68.783	59.401
Benefícios	40.561	39.347
FGTS	5.726	5.499
	115.070	104.247
Federais	34.940	36.403
Estaduais	13.414	14.001
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(39)	(6.277)
	48.315	44.127
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros, variações cambiais e monetárias	6.550	15.342
Despesas de aluguel	3.402	2.233
	9.952	17.575
Acionistas		
Prejuízo retido	(395.013)	(485.411)
	(395.013)	(485.411)
Valor adicionado consumido	(221.676)	(319.462)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A Companhia e suas operações

A Araucária Nitrogenados S.A. "Araucária" ou "Companhia", controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, tem por atividades principais a industrialização e a comercialização de fertilizantes e produtos químicos.

O desempenho em 2018 e 2017 foi afetado por problemas operacionais que levaram a paradas não programadas das Unidades. No primeiro semestre houve uma sequência de falhas nos tubos da caldeira geradora de vapor, situação que foi solucionada na Parada Geral, ocorrida em maio. O segundo semestre apresentou melhora no desempenho operacional, mas ainda impactado por paradas ocasionais.

nota explicativa 4.

A Diretoria da Companhia, em reunião realizada em 27 de março de 2019, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tal riqueza foi distribuída. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A Companhia e suas operações

A Araucária Nitrogenados S.A. "Araucária" ou "Companhia", controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, tem por atividades principais a industrialização e a comercialização de fertilizantes e produtos químicos.

O desempenho em 2018 e 2017 foi afetado por problemas operacionais que levaram a paradas não programadas das Unidades. No primeiro semestre houve uma sequência de falhas nos tubos da caldeira geradora de vapor, situação que foi solucionada na Parada Geral, ocorrida em maio. O segundo semestre apresentou melhora no desempenho operacional, mas ainda impactado por paradas ocasionadas por falhas em equipamentos dinâmicos e instrumentação.

Com a retomada da produção, o volume de vendas apresentou elevação gradual, ficando abaixo da produção da planta, principalmente devido à estagnação da demanda no final do ano, ocasionando elevação dos estoques.

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2018, excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 5.604 (R\$ 70.455 em 2017). Os excessos de passivos estão concentrados no fornecimento de matéria prima pela Controladora e em decorrência do impacto sobre o faturamento da Companhia, principalmente pelas paradas não programadas ocorridas na sua planta.

A Companhia vem apresentando perdas recorrentes em suas operações gerando deficiência de geração de caixa, a qual vem sendo suprida pelo suporte financeiro de sua acionista.

Em 19 de dezembro de 2017, a Petrobras comunicou ao mercado que aprovou o início da fase vinculante do processo de alienação integral de sua participação acionária na Araucária Nitrogenados S.A. (ANSA) e de sua Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III (UFN-III). Em 19 de janeiro de 2019, a Petrobras fez novo comunicado ao mercado, informando que decidiu retomar os processos competitivos para a alienação de 100% da Araucária Nitrogenados S.A. (Ansa).

A Companhia mantém transações relevantes com a Controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações e nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, ajustado ao valor de mercado ao valor recuperável ou ao valor justo, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgadas na

nota explicativa 4.

A Diretoria da Companhia, em reunião realizada em 27 de março de 2019, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tal riqueza foi distribuída. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o real, por ser a moeda de seu ambiente econômico de operação.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela companhia nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

3.1.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tomar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por contas a receber de clientes que não contiverem componente de financiamento significativo e ativos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, ativos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais ativos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

• **Custo amortizado:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

• **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a

continua...

continuação



Araucária Nitrogenados S.A.

CNPJ Nº 12.984.254/0001-70 - Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS

compañia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e

• Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

c) Redução ao valor recuperável (Impairment)

Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão será reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Aumento significativo do risco de crédito

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos.

Independentemente da avaliação do aumento significativo do risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A companhia assume que o risco de crédito de instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o instrumento financeiro possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Definição de inadimplência (default)

A companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando a contraparte não cumpre

4.1. Definição das unidades geradoras de caixa para testes de recuperabilidade de ativos (Impairment)

A definição da Unidade Geradora de Caixa - UGC envolve julgamentos e avaliação por parte da administração, com base em seu modelo de negócio e gestão, e seus impactos sobre os resultados dos testes de recuperação dos ativos de longa duração podem ser significativos. As premissas utilizadas para a UGC representam o conjunto de ativos de fertilizantes e nitrogenados (plantas industriais).

Alterações nas Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) identificadas pela Companhia podem resultar em perdas ou reversões adicionais na recuperação de ativos. Isto pode acontecer uma vez que a revisão de fatores de investimentos, estratégicos ou operacionais pode resultar em alterações nas interdependências entre ativos e, conseqüentemente, na agregação ou desagregação de ativos que faziam parte de determinadas UGCs.

Outras informações sobre redução ao valor recuperável de ativos são apresentadas nas notas explicativas 3.5 e 10.2.

4.2. Benefícios concedidos a empregados (pós-emprego)

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

• Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;

• Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per cápita) da Sociedade nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa de inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota explicativa 16.

4.3. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões civis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas

Definição de inadimplência (default)

A companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento financeiro, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

Mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

d) Apresentação

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

Provisões para impairment sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos tendo como contrapartida ganhos ou perdas no resultado.

3.1.2 - Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo, no reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

Instrumentos financeiros derivativos são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para contabilidade de hedge (hedge accounting).

Os juros das debêntures no fluxo de caixa estão demonstrados nas atividades de financiamento.

A companhia não teve modificação substancial que tenha alterado o fluxo de caixa de seus passivos financeiros mensurados a custo amortizado, portanto, refletem o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos do CPC 48.

3.2. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e da perda por redução ao valor recuperável de ativos (impairment), quando aplicável.

Os bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas.

4.3. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões civis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrentes do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 22.

4.4. Perdas de créditos esperadas

A provisão de perdas de crédito esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos inputs para cálculo da perda de crédito esperada.

4.5. Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações contábeis. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano de Negócios e Gestão (PNG) para o Sistema Petrobras, que anualmente é aprovado pelo Conselho de Administração.

5. Novas normas e interpretações

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

5.1. International Accounting Standards Board (IASB)

5.1.1. CPC 06 - R2 - "Arrendamento Mercantil"

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o CPC 06-R2 - Arrendamento Mercantil (IFRS 16), que vigorará para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil e ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRIC 4, SIC-15 e SIC-27).

O CPC 06 - R2 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Esse pronunciamento deverá ser aplicado a todos os contratos de arrendamento mercantil, exceto:

- a) Arrendamentos para explorar ou usar minerais, petróleo, gás natural e recursos não renováveis similares;
- b) Arrendamentos de ativos biológicos dentro do alcance do CPC 29 (IAS 41) - Ativo Biológico e Produto Agrícola mantidos por arrendatário;
- c) Acordos de concessão de serviço dentro do alcance da ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão;
- d) Licenças de propriedade intelectual concedidas por arrendador dentro do alcance do CPC 47 (IFRS 15); e
- e) Direitos detidos por arrendatário previstos em contratos de licenciamento dentro do alcance do CPC 04 (IAS 38) - Ativo Diferido para itens como: filmes, gravações de vídeo, reproduções, manuscritos, patentes e direitos autorais.

Dentre as mudanças para arrendatários, o CPC 06 - R2 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo CPC 06 - R1. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamentos mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros.

Para os arrendadores, o CPC 06 - R2 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo CPC 06 - R1. Dessa forma, o CPC 06 - R2 não deverá alterar

Os juros das debêntures no fluxo de caixa estão demonstrados nas atividades de financiamento.

A companhia não teve modificação substancial que tenha alterado o fluxo de caixa de seus passivos financeiros mensurados a custo amortizado, portanto, refletem o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos do CPC 48.

3.2. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e da perda por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável.

Os bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas.

3.3. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

3.4. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5. Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Quando proposta pela companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da companhia.

3.6. Outros resultados abrangentes

São classificados como outros resultados abrangentes os ajustes decorrentes de ganhos e perdas atuariais em planos de benefício definido.

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da companhia.

15); e

e) Direitos de titular por arrendatário previstos em contratos de licenciamento dentro do alcance do CPC 04 (IAS 38) – Ativo Diferido para itens como: filmes, gravações de vídeo, reproduções, manuscritos, patentes e direitos autorais.

Dentre as mudanças para arrendatários, o CPC 06 – R2 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo CPC 06 – R1. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamentos mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros.

Para os arrendadores, o CPC 06 – R2 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo CPC 06 – R1. Dessa forma, o CPC 06 – R2 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao CPC 06 – R1.

A companhia possui determinados contratos de arrendamentos operacionais de aeronaves e embarcações que possuem uso compartilhado com a controladora Petrobras. Conforme previsto no normativo, para que o contrato seja considerado um arrendamento mercantil, o cliente precisa ter o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado. Neste caso, não é possível concluir que tais contratos se enquadram nesse contexto, portanto, a companhia não será impactada pela aplicação da norma do CPC 06 – R2 para os contratos compartilhados com a Petrobras.

No entanto, a companhia identificou outros tipos de contrato de arrendamento (valores totais em torno de R\$ 8.000) que se enquadram no referido normativo, e aplicará os procedimentos deste normativo a partir do exercício de 2019.

Transição

Conforme previsto nas disposições transitórias do CPC 06 – R2, para fins de adoção inicial a companhia adotará o método de abordagem de efeito cumulativo, não rerepresentando suas demonstrações financeiras de períodos anteriores, bem como aplicará os seguintes expedientes:

• Aplicará o pronunciamento aos contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento;

• O passivo de arrendamento será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, líquidos de impostos recuperáveis, quando aplicável, descontado utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da companhia na data da aplicação inicial;

• O ativo de direito de uso será reconhecido com base no valor do passivo de arrendamento, ajustado por qualquer pagamento de arrendamento antecipado ou acumulado referente a esse arrendamento, reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. Não serão considerados os custos diretos iniciais da mensuração do direito de uso na data da aplicação inicial.

Estimativas e julgamentos relevantes

Considerando que a companhia adotará o método de abordagem de efeito cumulativo, os passivos de arrendamento serão mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, caso aplicável, utilizando taxas incrementais sobre empréstimos da companhia na data de adoção inicial.

Apresentação

Os ativos de direito de uso serão apresentados no Imobilizado, representando as classes de acordo com a utilização do ativo. Os passivos de arrendamento serão apresentados como financiamentos.

continua...

continuação



Araucária Nitrogenados S.A.

CNPJ Nº 12.984.254/0001-70 - Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS

Nesse sentido, espera-se que as mudanças trazidas pelo CPC 06 - R2 quanto ao reconhecimento, mensuração e apresentação de arrendamentos mercantis ocasionarão, em sua adoção inicial, impactos nas rubricas dos saldos de Imobilizados e Financiamentos, respectivamente e, em virtude da mensuração dos ativos de direito de uso ser equivalente ao passivo de arrendamento, tais mudanças não impactarão o Patrimônio líquido da companhia em 1º de janeiro de 2019.

Na demonstração dos fluxos de caixa, os pagamentos de arrendamentos que atualmente são apresentados atualmente como fluxos de caixa das atividades operacionais, serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento, representando os pagamentos de principal e juros. Contudo, essa alteração não irá gerar impactos na posição líquida do Fluxo de Caixa da Companhia.

5.1.2. IFRIC 23- Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A partir de 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a interpretação técnica IFRIC Interpretation 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments* (IFRIC 23), emitida pelo IASB.

O IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro.

Quando há incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro, esta interpretação trata:

- Se a entidade deve considerar tratamentos fiscais incertos separadamente;
- As premissas que a entidade deve elaborar sobre o exame de tratamentos fiscais por autoridades fiscais;
- Como a entidade deve determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais; e
- Como a entidade deve considerar mudanças em fatos e circunstâncias.

Conforme previsto nas disposições transitórias do IFRIC 23, a companhia aplicará os requerimentos retrospectivamente, com o efeito cumulativo da adoção reconhecida na data da aplicação inicial como ajuste ao saldo de abertura de lucros acumulados. A companhia não identificou impactos materiais na aplicação do IFRIC 23.

5.1.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A partir de 1º de janeiro de 2018, a companhia adotou inicialmente os requerimentos contidos nos seguintes pronunciamentos: CPC 48 Instrumentos Financeiros, análogo ao IFRS 9 *Financial Instruments* e CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, análogo ao IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers*.

IFRS 9 *Financial Instruments* / CPC 48 Instrumentos Financeiros

9. Adiantamento a fornecedores

A Companhia possui um contrato de *Take or Pay* com a Companhia Paranaense de Gás - COMPAGAS. Como a planta passou por paradas não programadas em 2018 e 2017, o consumo mínimo contratado não foi atingido, o que consequentemente, gerou uma obrigação a pagar de curto prazo à Companhia e um direito de utilização desse gás, cuja recuperação ocorrerá durante a vigência do contrato. Nesse sentido, a Companhia registrou em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 71.936 (R\$ 44.699 em 31 de dezembro de 2017) como adiantamento a fornecedores no ativo não circulante. A Companhia assinou, em 31 de janeiro de 2018, um novo contrato com a COMPAGAS o qual possibilita a recuperação integral do saldo reconhecido como adiantamento.

10. Imobilizado

10.1. Por tipo de ativos

Por tipo de ativos

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Imobilizações em curso	Materiais e outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	371	4.088	169.907	11.957	9.502	195.825
Adições	-	-	737	6.890	-	7.626
Baixas	-	-	(6)	-	-	(6)
Impairment	(371)	(2.911)	(140.810)	(15.522)	(9.502)	(169.116)
Transferência	-	-	3.325	(3.325)	-	-
Depreciação	-	(1.177)	(33.153)	-	-	(34.330)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	-	-
Custo	371	45.962	1.104.297	15.522	9.502	1.175.654
Depreciação acumulada	-	(43.051)	(963.487)	-	-	(1.006.538)
Impairment	(371)	(2.911)	(140.810)	(15.522)	(9.502)	(169.116)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	242	73.673	-	73.915
Baixas	-	-	-	(6)	-	(6)
Impairment	-	(196)	(7.844)	(62.391)	-	(70.431)
Reversão do Impairment	50	593	12.617	266	-	13.526
Transferência	-	(371)	10.787	(10.906)	-	(490)
Depreciação	-	-	(1.267)	-	-	(1.267)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	50	26	14.535	636	-	15.247
Custo	371	45.962	1.104.539	89.189	9.502	1.249.563
Depreciação acumulada	-	(43.422)	(964.754)	-	-	(1.008.176)
Impairment	(371)	(3.107)	(148.854)	(77.913)	(9.502)	(239.547)

IFRS 9 Financial Instruments / CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, contabilidade de hedge e divulgação.

De acordo com as disposições transitórias previstas pelo CPC 48, a companhia não representou suas demonstrações financeiras de períodos anteriores em relação aos novos requerimentos referentes a: classificação e mensuração de ativos financeiros, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e modificações nos termos de ativos e passivos financeiros.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers / CPC 47 - Receitas de Contrato com Clientes

O CPC 47 substituiu os CPC 17 (R1) Receitas e CPC 30 (R1) Contratos de Construção bem como suas respectivas interpretações. Ao adotar o CPC 47, a companhia determinou quando (ou a que medida) e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto pelas cinco etapas a seguir: 1) identificação do contrato com o cliente; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento quando (ou enquanto) a obrigação de desempenho é satisfeita. Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando (ou à medida que) o cliente obtém o controle sobre o bem ou serviço prometido.

Em conformidade com as disposições transitórias previstas pelo CPC 47, a companhia adotou o pronunciamento retrospectivamente com reconhecimento dos efeitos da aplicação inicial em lucros acumulados. No entanto, as mudanças em função da adoção do CPC 47 apenas alteraram a forma como certas receitas de contratos com clientes são apresentadas na demonstração de resultados da companhia. Desta forma, não foram reconhecidos impactos em lucros acumulados.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	2018	2017
Caixa e bancos	22	143
Aplicações financeiras		
- No País		
Fundos de investimentos financeiros	294.307	
	<u>294.329</u>	<u>143</u>

As aplicações financeiras em FIC FI são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A rentabilidade do fundo, em 2018, foi de 6,38% a.a.

A exposição da Companhia ao risco de crédito associado às instituições financeiras está divulgada na nota explicativa 25.

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber, líquidas

	2018	2017
Terceiros	40.497	5.099
Partes relacionadas (nota 14)	1.245	1.353
Recebíveis de ativos financeiros (i)		220.105
	11.742	226.557
Perdas de créditos esperados - PCE	(4.152)	(4.176)
	<u>7.590</u>	<u>222.381</u>

(i) Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas. A aplicação desses recursos no FIDC-NP, é tratada como "empréstimos e recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

A exposição da Companhia ao risco de crédito associado aos clientes está divulgada na nota explicativa 25.

Depreciação acumulada	(43.422)	(964.754)			(1.008.176)
Impairment	(371)	(3.107)	(148.654)	(77.913)	(9.502)
Reversão do Impairment	50	593	12.617	266	13.526
Transferência			10.787	(10.906)	(119)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>50</u>	<u>26</u>	<u>14.535</u>	<u>636</u>	<u>15.247</u>
Tempo de vida útil média ponderado em anos	25 a 50	2 a 16		3 a 10	

10.2. Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment)

A companhia avalia os ativos imobilizado e intangível quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil dos ativos é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso de um ativo e seu valor justo líquido de despesa de venda.

Em dezembro de 2018, considerando que o valor justo supera o valor em uso, a companhia reconheceu perdas por desvalorização no valor de R\$ 57.178.

11. Intangível

	Softwares	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	554	554
Adições	16	16
Amortização	(86)	(86)
Impairment	(484)	(484)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		
Custo	981	981
Amortização acumulada	(497)	(497)
Impairment	(484)	(484)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		
Adições	71	71
Amortização	(102)	(102)
Impairment	(280)	(280)
Reversão do Impairment	7	7
Transferência	553	553
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>249</u>	<u>249</u>
Custo	1.052	1.052
Amortização acumulada	(803)	(803)
Impairment	(764)	(764)
Reversão do Impairment	249	249
Transferência	515	515
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>249</u>	<u>249</u>

12. Fornecedores

	2018	2017
Terceiros no país	15.095	12.835
Partes relacionadas (Nota 14)*	394.124	232.501
	<u>409.219</u>	<u>245.336</u>

(* O aumento deve-se ao maior volume de compras, associado ao alongamento de prazo de pagamento negociado com a sua Controladora.

13. Cessão de recebíveis - FIDC

A Companhia possuía um limite de R\$ 163.000 para antecipação de recebíveis, junto ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), exclusivo para as operações do Sistema Petrobras. O processo de antecipação de recebíveis é gerida pelo Caixa Nacional da Controladora com um custo de 100,5% do CDI por operação.

Em abril de 2018, a Companhia liquidou essa operação.

14. Partes relacionadas

14.1. Transações comerciais e outras operações

Terceiros	10.497	5.099
Partes relacionadas (nota 14)	1.245	1.353
Recebíveis de ativos financeiros (i)		220.105
	11.742	226.557
Perdas de créditos esperados - PCE	(4.152)	(4.176)
	7.590	222.381

(i) Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas. A aplicação desses recursos no FIDC-NP, é tratada como "empréstimos e recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

A exposição da Companhia ao risco de crédito associado aos clientes está divulgada na nota explicativa 25.

7.2. Movimentação das perdas de créditos esperados - PCE

	2018	2017
Saldo inicial	4.176	4.191
Reversão	(24)	(15)
Saldo final	4.152	4.176

7.3. Contas a receber vencidos - clientes terceiros

	2018	2017
Até 3 meses	220	78
De 3 a 6 meses	39	101
De 6 a 12 meses	277	173
Acima de 12 meses	4.152	4.587
	4.688	4.939

8. Estoques

	2018	2017
Produtos acabados (i)	96.794	10.523
Ureia	76.239	4.173
Amônia	11.102	3.049
Arla	3.735	584
Outros	5.718	2.717
Matérias-primas e insumos básicos	14.669	17.574
Almoxarifado	16.824	14.291
Provisão para ajuste ao valor de realização (ii)	(7.281)	(957)
	121.006	41.431

(i) O aumento do estoque apresentou valor compatível com o nível operacional esperado na indústria (30 a 40 mil toneladas), considerando produção mensal de ureia de cerca de 55 mil toneladas. Em 2017, face às paradas não programadas da unidade, a Companhia reduziu seus estoques a níveis inferiores ao estoque regulatório que garanta um suprimento confiável aos seus clientes. Com a retomada da produção a partir do segundo semestre de 2018, e com a elevação gradual do volume de vendas, esse estoque foi restabelecido.

(ii) Na avaliação de 2018 e 2017, a Companhia concluiu que sobre materiais em almoxarifado não há provisão para perdas uma vez que se encontram em condições normais de uso pela Companhia. Esses estoques de materiais de almoxarifado, quando utilizados, serão lançados como custo de produção ou despesa.

(*) O aumento deve-se ao maior volume de compras, associado ao alongamento de prazo de pagamento negociado com a sua Controladora.

13. Cessão de recebíveis - FIDC

A Companhia possui um limite de R\$ 163.000 para antecipação de recebíveis, junto ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), exclusivo para as operações do Sistema Petrobras. O processo de antecipação de recebíveis é gerida pelo Caixa Nacional da Controladora com um custo de 100,5% do CDI por operação.

Em abril de 2018, a Companhia liquidou essa operação.

14. Partes relacionadas

14.1. Transações comerciais e outras operações

A Companhia segue a política com partes relacionadas do sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

Esta política que orienta a Petrobras e sua força de trabalho na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da Companhia, alinhados à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa, incluindo: (i) análise prévia pelo Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) para transações celebradas com-oligadas, com a União e com sociedades controladas por pessoal chave da administração e familiares com reporte mensal destas análises realizadas ao Conselho de Administração, para as transações que atendam aos critérios de materialidade estabelecidos na Instrução CVM 480/09; e (ii) aprovação prévia do Conselho de Administração para as transações envolvendo União, suas autarquias e fundações, devendo ser aprovada por no mínimo 2/3 dos seus membros.

A política também visa garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da Companhia.

	Petróleo Petrobras		2018	2017
	Brasileiro S.A.	Distribuidora S.A. Coligadas		
Ativo				
Circulante				
Contas a receber, por venda de produtos	836	409	1.245	1.353
	836	409	1.245	1.353
Passivo				
Circulante				
Contas a pagar, por fornecimento de matéria-prima, insumos e produtos para revenda	385.843	1.842	6.439	394.124
	385.843	1.842	6.439	394.124
Resultado				
Receitas por vendas de produtos	839	8.196	9.035	9.113
Despesas operacionais		(5.560)	(4.560)	(44.423)
	839	8.196	3.475	(35.310)

14.2. Remuneração da administração da Companhia

Os Membros da Diretoria exercem funções gerenciais na Controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Companhia.

continua...

continuação



Araucária Nitrogenados S.A.

CNPJ Nº 12.984.254/0001-70 - Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS

15. Tributos

15.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social

	Ativo Circulante	
	2018	2017
Imposto de renda	5.392	4.297
Contribuição social	546	801
	5.938	5.098

	Ativo Circulante		Ativo não Circulante		Passivo Circulante	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Demais impostos e contribuições	2.046	2.645	179.134	149.948	-	-
ICMS (i)	2.327	21.102	98.113	100.698	-	-
PIS/COFINS (ii) e (iii)	-	-	-	-	383	1.991
Imposto de renda retido de terceiros	-	-	-	-	-	-
Outros	(118)	(118)	-	-	-	-
	4.255	23.629	277.247	250.646	383	1.991

(i) Os créditos de ICMS são originados da aquisição de insumos de produção e de materiais incorporados ao imobilizado, e inclui créditos habilitados no Sistema de Controle da Transferência e Utilização de Créditos Acumulados do Paraná (SISCREDE).

(ii) Os créditos de PIS/COFINS são originados das aquisições de insumos de produção e do imobilizado, de acordo com as leis nº 10.837/2002 e 10.833/2003.

(iii) A Companhia, com base nas projeções das operações de compras e vendas num período de 10 anos, realizou o teste recuperabilidade dos créditos fiscais e reconheceu uma provisão para perda no montante de R\$ 59.315.

15.2. Realização dos créditos de PIS/COFINS e ICMS

Em 31 de dezembro de 2018, a expectativa de realização dos créditos de PIS/COFINS e ICMS é a seguinte:

	PIS/COFINS	ICMS
2020	2.132	6.624
2021	7.901	14.986
2022	7.181	15.083
2023 em diante	80.899	142.441
	98.113	179.134

A Administração da Companhia, apesar de haver a possibilidade legal de compensação de créditos de PIS e COFINS através de pedidos de restituições junto à Receita Federal do Brasil...

(b) Movimentação do valor justo dos ativos do plano

	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Planos de Pensão	Planos de Saúde	Planos de Pensão	Planos de Saúde
Ativos do plano no início do exercício	56.374	-	48.646	-
Receita de juros	5.300	-	5.241	-
Contribuição pagas pela empresa	634	-	792	-
Contribuição de participantes	771	-	630	-
Benefícios pagos	(2.143)	-	(1.359)	-
Rendimento sobre os Ativos (Maior)Menor que a Taxa de Desconto	(2.993)	-	2.424	-
Ativos do plano no fim do exercício	57.943	-	56.374	-

(c) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Planos de Pensão	Planos de Saúde	Planos de Pensão	Planos de Saúde
Não circulante				
Valor presente das obrigações	86.923	52.847	73.349	36.324
(-) Valor justo dos ativos do plano	57.943	-	56.374	-
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	28.980	52.847	16.975	36.324
	81.827	-	53.299	-

(d) Premissas atuárias adotadas no cálculo

	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Planos de Pensão	Planos de Saúde	Planos de Pensão	Planos de Saúde
Taxa nominal de desconto (% a.a.)	9,11(1), 9,22(2)	9,15	9,52(1), 9,63(2)	9,59
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos (% a.a.)	9,11(1), 9,22(2)	-	9,52(1), 9,63(2)	-
Taxa nominal de crescimento salarial (% a.a.)	5,55(1), 7,28(2)	-	5,19(1), 5,04(2)	-
Taxa nominal de reajuste de benefícios do plano (% a.a.)	4,01	4,01	3,96	3,96
Inflação (% a.a.)	4,01	4,01	3,96	3,96
Taxa nominal de crescimento	-	-	-	-



A Administração da Companhia, apesar de haver a possibilidade legal de compensação de créditos de PIS e COFINS através de pedidos de restituições junto à Receita Federal do Brasil, espera realizar tais créditos com as operações futuras.

A comercialização de insumos de produção de fertilizantes (ureia e amônia fertilizantes) é beneficiada pela alíquota zero para PIS/COFINS, e para o ICMS, as saídas podem ocorrer com diferimento ou alíquota reduzida, a depender do Estado de destino do produto, para 8,4% ou 4,9%. A Administração da Companhia, entretanto, vem atuando na diversificação das vendas e incremento da venda de produtos com maior valor agregado, com a perspectiva de elevação dos produtos ureia premium e ARLA-32, cuja comercialização não tem benefícios fiscais. A maior participação da ureia premium e ARLA-32 no mix de vendas permitirá que a partir de 2018, sejam iniciadas as recuperações dos créditos fiscais de PIS/COFINS e ICMS.

15.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2018	2017
Prejuízo antes dos impostos	(395.052)	(491.688)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	134.318	167.174
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Adições/(exclusões) permanentes, líquidas	32.196	11.887
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(134.318)	(120.756)
Outros	(32.157)	(52.028)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	39	6.277
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39	6.277
Imposto de renda e contribuição social correntes	39	6.277
	0,0%	(1,3)%

Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social
As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, pois não é provável, nas atuais circunstâncias, que os lucros tributários futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes impostos.

16. Benefícios concedidos a empregados

16.1. Plano Petros 2

A gestão dos planos de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

O Plano Petros 2 foi implementado pela Companhia, em setembro de 2015, na modalidade de contribuição variável.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado no respectivo mês de competência.

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2018, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base de 31 de dezembro de 2018 é de 42,48 anos.

16.2. Plano Petros Ultrafertil

É um plano de previdência complementar de benefício definido, instituído pela Petrobras em julho de 1970, que assegura aos participantes uma complementação do benefício definido concedido pela Previdência Social. Esse plano de previdência possui 47 participantes entre ativos e assistidos, concedida por atuários independentes, em regime de capitalização em valores

Taxa nominal dos custos médicos (% a.a.)

(1) Plano Petros Ultrafertil - (2) Plano Petros 2 (3) Plano Vale Mais

17. Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

Em 17 de dezembro de 2018, a Companhia recebeu de sua Controladora adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 253.700.

18. Patrimônio líquido

18.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2018, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 1.573.351 (R\$ 1.309.251 em 31 de dezembro de 2017) e está representado por 1.573.351.443 e 1.309.251.443 ações ordinárias, nominativas sem valor nominal, respectivamente.

Aumento de capital

Em 25 de abril de 2018, foi aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas da Araucária o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 264.100 (R\$ 529.300, em 2017) com a emissão de novas ações ordinárias, sem valor nominal.

18.2. Outros resultados abrangentes

Em 2010, na adoção inicial dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC, a Ultrafertil (antecessora da Companhia) optou em atribuir um novo custo - deemed cost - para os ativos classificados na conta de "máquinas e equipamentos", de forma que esses ativos refletissem seu valor justo com efeito líquido de impostos, refletido no patrimônio líquido, em custo atribuído.

Por conta da provisão para perda em seus ativos imobilizados, a Companhia realizou toda sua reserva de custo atribuído na mesma proporção da baixa dos ativos que a originaram. O impacto dessa realização na conta de prejuízos acumulados em 2017 foi de R\$ 58.997. Em 2018, a Companhia reconheceu perda de R\$ 20.226 com remensuração dos seus planos de pensão e assistência médica.

18.3. Resultado por ação

	2018	2017
Prejuízo líquido atribuível aos acionistas da Araucária Nitrogenados	(395.013)	(485.411)
Quantidade de ações ordinárias	1.573.351.443	1.309.251.443
Prejuízo do exercício básico e diluído por ação ordinária (R\$ por ação)	(0,25)	(0,37)

19. Receita de vendas

Receitas brutas de vendas
Encargos de vendas (PIS, COFINS e ICMS)
Receitas líquidas de vendas
Ureia
Amônia
Reforce
Aria
Outros

	2018	2017
Receitas brutas de vendas	268.318	304.345
Encargos de vendas (PIS, COFINS e ICMS)	(26.892)	(30.819)
Receitas líquidas de vendas	241.426	273.526
Ureia	140.038	125.467
Amônia	51.152	51.560
Reforce	29.686	66.798
Aria	11.320	13.565
Outros	9.230	16.136
	241.426	273.526

20. Custo do produtos vendidos e despesas por natureza

Gastos com pessoal (i)
Matérias-primas e produtos para revenda (ii)
Serviços contratados (iii)
Provisão para perda na recuperação de ativos
Depreciação, exaustão e amortização
Tributárias
Desajuste/reversão na venda de créditos de ICMS
Participação no resultado
Multas contratuais de fornecedores - take or pay
Variação de estoques
Encargos gerais e outros

	2018	2017
Gastos com pessoal (i)	(128.019)	(121.963)
Matérias-primas e produtos para revenda (ii)	(314.012)	(327.612)
Serviços contratados (iii)	(106.181)	(63.308)
Provisão para perda na recuperação de ativos	(116.493)	(169.600)
Depreciação, exaustão e amortização	(1.369)	(34.416)
Tributárias	(1.021)	(624)
Desajuste/reversão na venda de créditos de ICMS		1.729
Participação no resultado	(7.489)	(2.177)
Multas contratuais de fornecedores - take or pay	(5.580)	(44.423)
Variação de estoques	54.209	5.754
Encargos gerais e outros	(14.187)	1.698
	(640.122)	(754.940)
Na Demonstração do Resultado	(314.744)	(375.825)
Custo dos produtos vendidos	(2.394)	(1.994)
	(317.138)	(377.819)

aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado no respectivo mês de competência.

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2018, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base de 31 de dezembro de 2018 é de 42,46 anos.

16.2. Plano Petros Ultrafértil

É um plano de previdência complementar de benefício definido, instituído pela Petrobras em julho de 1970, que assegura aos participantes uma complementação do benefício definido concedido pela Previdência Social. Esse plano de previdência possui 47 participantes entre ativos e assistidos.

A avaliação do plano de custeio da Petros é procedida por atuários independentes, em regime de capitalização, para a maioria de benefícios. As patrocinadoras efetuam contribuições regulares em valores iguais aos valores das contribuições dos participantes, ou seja, de forma paritária.

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2018 são de R\$ 778.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base de 31 de dezembro de 2018 é de 20,24 anos.

16.3. Outros planos

A Companhia também patrocina um plano de assistência médica, cujo benefício concedido é a extensão da assistência médica, no desligamento da Companhia ou por aposentadoria, para os empregados que efetuam contribuição fixa para o plano, conforme previsto nos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98. O plano assistencial é contratado junto à operadora Central Nacional Unimed.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base de 31 de dezembro de 2018 é de 24,28 anos.

A evolução do passivo atuarial, apurado com base em laudo de atuário independente, encontra-se apresentada a seguir:

(a) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais

	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Planos de Pensão	Planos de Saúde	Planos de Pensão	Planos de Saúde
Obrigação atuarial no início do exercício	73.349	36.324	67.552	33.843
Custo do serviço corrente	1.747	2.223	952	2.168
Custo dos juros	3.857	3.451	7.264	3.655
Benefício pagos	(2.143)	-	(1.359)	-
Contribuições dos participantes	771	-	629	-
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - experiência	1.788	55	(3.671)	(21)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses demográficas	77	1.961	(2.299)	(2.540)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses financeiras	4.483	8.833	3.955	(781)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais por retorno de investimentos	2.994	-	-	-
Outros	-	-	326	-
Obrigação atuarial no fim do exercício	<u>86.923</u>	<u>52.847</u>	<u>73.349</u>	<u>36.324</u>

20. Custo do produtos vendidos e despesas por natureza

	2018	2017
Gastos com pessoal (i)	(128.019)	(121.963)
Matérias-primas e produtos para revenda (ii)	(314.012)	(327.612)
Serviços contratados (iii)	(106.181)	(63.306)
Provisão para perda na recuperação de ativos	(116.493)	(169.600)
Depreciação, exaustão e amortização	(1.369)	(34.416)
Tributárias	(1.021)	(624)
Deságio/reversão na venda de créditos de ICMS	-	1.729
Participação no resultado	(7.489)	(2.177)
Multas contratuais de fornecedores - take or pay	(5.560)	(44.423)
Varição de estoques	54.209	5.754
Encargos gerais e outros	(14.187)	1.698
	<u>(640.122)</u>	<u>(754.940)</u>
Na Demonstração do Resultado		
Custo dos produtos vendidos	(314.744)	(375.825)
Despesas com vendas	(2.394)	(1.994)
Despesas gerais e administrativas	(2.676)	(3.528)
Tributárias	(1.021)	(624)
Provisão para perda em ativos	(116.493)	(169.600)
Outras receitas (despesas) líquidas	(202.794)	(203.369)
	<u>(640.122)</u>	<u>(754.940)</u>

(i) Aumento devido ao acordo coletivo de trabalho.

(ii) Redução em função de menores volumes de vendas em 2018.

(iii) Aumento devido aos maiores gastos com conservação e manutenção da planta industrial.

21. Outras despesas líquidas

	2018	2017
Paradas não programadas (nota 1)	(175.558)	(162.951)
Multas contratuais aplicada a clientes	104	578
Provisão para participação no resultado	(7.489)	(2.177)
Deságio/reversão na venda de créditos de ICMS	-	1.729
Multas contratuais de fornecedores - take or pay (i)	(5.560)	(44.423)
Provisão para contingências	(4.342)	-
Despesas eventuais	(11.083)	2.462
Outras	1.134	1.413
	<u>(202.794)</u>	<u>(203.369)</u>

(i) Multas pagas a fornecedores devido ao consumo realizado ser inferior ao contratado (Nota 24).

22. Resultado financeiro, líquido

	2018	2017
Receita com aplicações financeiras	6.830	-
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	2.986	4.717
Juros pagos a fornecedores	(87)	(363)
Despesas com cessão de recebíveis - FIDC	(2.582)	(15.468)
Outras receitas financeiras líquidas	378	351
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	(3.881)	484
Resultado financeiro líquido	<u>3.644</u>	<u>(10.274)</u>
Receitas	10.194	5.068
Despesas	(2.669)	(15.826)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(3.881)	484
	<u>3.644</u>	<u>(10.274)</u>

continua...

continuação



Araucária Nitrogenados S.A.

CNPJ Nº 12.984.254/0001-70 - Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS

23. Processos judiciais e contingências

23.1. Processos judiciais provisionados, Depósitos Judiciais e Processos Judiciais não provisionados

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgão governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis, ambientais e outros assuntos.

A Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com as ações em curso.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	2018	2017
Ativo não circulante	4.656	3.448
Trabalhistas	4.656	3.448

Os processos judiciais cuja probabilidade de perda é considerada possível não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, mas são divulgados, a menos que a expectativa de ocorrer qualquer desembolso seja remota.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2018 para os quais a probabilidade de perda é considerada possível são apresentadas na tabela a seguir:

Natureza	Estimativa
Cíveis - Gerais	5
Trabalhistas	5.202
	5.207

23.2. Processos judiciais sob responsabilidade de terceiros

O contrato de compra e venda celebrado por ocasião da compra da totalidade das ações da Companhia que pertenciam a Vale Internacional pela Petrobras, definiu que as ações judiciais de competência anterior à data da aquisição sejam de responsabilidade da parte vendedora, cabendo a essa o direito de defesa e a obrigação de desembolso em caso de perdas judiciais.

24. Compromissos de riscos

A companhia mantém contratos onerosos de compra de resíduo asfáltico com a Petrobras e de gás natural com a Companhia Paranaense de Gás - Compagas, se comprometendo com retirada de

	2018	2017
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	294.329	143
Contas a receber, líquidas	7.590	222.381
	<u>301.919</u>	<u>222.524</u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	409.219	245.336
Outras contas e despesas a pagar	8.243	8.771
	<u>417.462</u>	<u>254.107</u>

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e de contas a pagar estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia são equivalentes aos seus valores contábeis.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

A Companhia procura mitigar o risco de crédito associado aos seus clientes principalmente com base no histórico de operações e recebimento e com base em análise de crédito.

b. Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos, principalmente, com despesas de capital de giro. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por dívidas de curto e longo prazos, transações de vendas e aportes da Controladora, quando necessário. Estas origens de recursos, somadas à posição financeira da Companhia, tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos de forma corporativa.

c. Risco de taxa de juros

24. Compromissos de riscos

A Companhia mantém contratos onerosos de compra de resíduo asfáltico com a Petrobras e de gás natural com a Companhia Paranaense de Gás - Compagas, se comprometendo com retirada de volumes mínimos mensais e diários, ficando sujeita a pagamento de multa compensatória, caso não cumpridos os volumes contratados. Em 2017, a Companhia reconheceu R\$ 5.560 (R\$ 44.423 em 31 de dezembro de 2017) a título de penalidade (Nota 21).

25. Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas diante das condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante os exercícios também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Companhia são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados, principalmente, à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do Sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia e estão demonstradas abaixo em 31 de dezembro:

transações de vendas e aportes da Controladora, quando necessário. Estas origens de recursos, somadas à posição financeira da Companhia, tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos de forma corporativa.

c. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade segue as orientações corporativas para as empresas do Sistema Petrobras.

d. Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar em moedas estrangeiras, a Companhia não tem fluxos operacionais em outras moedas.

Diretoria Executiva

GERSON CESAR SOUZA
Diretor Presidente

ALVARO LUIS FONSECA DE OLIVEIRA
Diretor Comercial

MATEUS CAVALCANTE WAGA
Diretor Financeiro

ROBSON HONORATO
Contador
CRC-RJ-086.473/O-7

Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras

Em cumprimento à Lei nº 13.303/2016 e ao Decreto nº 8.945/2016, a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras optou pela constituição de um órgão estatutário de caráter permanente - denominado Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras ("CAE Conglomerado") - vinculado diretamente ao seu Conselho de Administração, com a finalidade de assessorá-lo, bem como aos Conselhos de Administração, quando houver, às Assembleias de Acionistas ou às Diretorias Executivas de determinadas sociedades controladas integrantes do Sistema Petrobras (doravante, "Sociedades"), para apreciação de matérias de sua competência e responsabilidade regimental e que serão objeto de orientação para essas Sociedades.

O Resumo do Relatório Anual de Atividades do CAE Conglomerado abrange todas as Sociedades, é emitido de forma única e encontra-se divulgado no endereço eletrônico da Petrobras. O parecer a seguir é emitido individualmente e reflete as conclusões expressas no citado relatório, com as adaptações de redação demandadas para cada uma das Sociedades.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado da Petrobras, tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados, descreitos de forma sumarizada no Resumo do Relatório Anual de Atividades, concluíram, quanto à Araucária Nitrogenados S.A., que:

- (i) os processos de controles internos para a produção dos relatórios financeiros são efetivos e as ações de prevenção e combate à fraude e corrupção são adequadas;
- (ii) a Auditoria Independente é efetiva e não foi reportada nenhuma ocorrência que pudesse comprometer sua independência;

(iii) a gestão e o monitoramento dos principais fatores de riscos vêm sendo gerenciados pela Administração; e
(iv) os parâmetros em que se fundamentaram os cálculos atuariais, bem como o resultado dos planos de benefícios mantidos pela Fundação Petrobras de Seguridade Social são razoáveis e alinhados às melhores práticas de mercado.

Neste contexto, após procederem ao exame e análise das Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2018") e do Relatório dos Auditores Independentes, não obstante esse último ter sido emitido pela KPMG Auditores Independentes com opinião contendo parágrafos de "Incerteza relevante sobre a continuidade operacional" e de ênfase para transações com partes relacionadas, os membros do Comitê recomendam a sua aprovação pelo órgão societário competente da Araucária Nitrogenados S.A.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2019.

Jerônimo Antunes
Conselheiro de Administração Independente da Petrobras
Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras
Especialista Financeiro e de Contabilidade Societária

Durval José Soledade Santos
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário
do Conglomerado Petrobras

Francisco Vidal Luma
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário
do Conglomerado Petrobras

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Araucária Nitrogenados S.A.

Araucária - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Araucária Nitrogenados S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres da distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do pro-

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Araucária Nitrogenados S.A.

Araucária - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Araucária Nitrogenados S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Araucária Nitrogenados S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante sobre a continuidade operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia apresenta perdas recorrentes em suas operações gerando deficiência de geração de caixa, a qual vem sendo suprida pelo suporte financeiro dos seus acionistas. Esta dependência de recursos levanta dúvidas significativas quanto à continuidade operacional dos seus negócios, bem como a capacidade da Companhia em honrar seus compromissos de curto prazo. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Ênfase - Transação com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações relacionadas ao fornecimento de matéria-prima, insumos e produtos para revenda da Companhia é realizada com sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, conforme descrito na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada às demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2019

 KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Anderson C. V. Dutra
Contador CRC RJ-093231/O-6

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ARAUCARIA NITROGENADOS S A

NIRE: 333.0030993-4 Protocolo: 00-2019/288858-7 Data do protocolo: 24/05/2019

CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 12/06/2019 SOB O NÚMERO 00003648501 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: DCDAB95A54D0489C9A2FA04EAD6BD0F52581FBFAF81DBF8DE6E463340F8D45F2

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 37/37

